

# Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês\*

## 1. QUADROS DE REFERÊNCIA

### 1.1. CLASSES, ESPAÇOS E ASSIMETRIAS DE PODER

Quer se refiram a elementos lúdicos, festivos e laborais, quer a formas de relação com o sagrado, quer a quaisquer outros dos múltiplos modos como as comunidades camponesas se referenciam às suas práticas sociais e, ao reflectirem sobre elas, a si próprias se reflectem, as dimensões simbólicas da vida colectiva revelam aí, simultaneamente, o cumprimento de funções externas e internas do respectivo espaço social. O cumprimento de funções externas, porque as manifestações ideológicas, além de condensarem fluxos de «paroquialização», transposições mais ou menos extensamente redefinidas de elementos culturais exteriormente construídos, constituem outros tantos circuitos de ligação subordinada à lógica da sociedade «envolvente». Cumprimento de funções internas, por outro lado, já que tais manifestações simbólicas se enraízam profundamente nos comportamentos locais e fornecem às redes de relações estabelecidas, a que os processos de conjunto não deixam de ir impondo novas configurações, as indispensáveis referências. Também as componentes políticas dos processos sociais hão-de remeter simultaneamente, quanto à sua origem e aos seus efeitos, para o espaço local e para espaços exteriores.

Os interesses específicos de cada classe, fracção ou categoria social, bem como a capacidade de eficazmente os prosseguir, radicam no lugar por ela ocupado e nos recursos mobilizáveis a partir desse lugar. É evidente, com efeito, que o poder político de classe depende da estrutura e do volume das espécies disponíveis de capital. O capital económico ou o capital cultural, por exemplo, além de implicarem dimensões de poder valorizáveis nos mercados respectivos, podem também funcionar, e frequentemente funcionam, no campo das relações políticas, ou seja, constituem recursos transferíveis para o plano da realização de interesses políticos<sup>1</sup>.

---

\* Uma primeira e resumida versão deste texto serviu de base a uma comunicação ao Colóquio sobre «Formação e modos de acção de grupos sociais em Portugal depois de 1950», realizado em Bad Homburg, República Federal da Alemanha, de 12 a 15 de Dezembro de 1983, sob o patrocínio da Werner Reiners Stiftung e da Stiftung Volkswagenwerk. Está prevista a publicação do texto na sua forma definitiva, sob o título «Social reproduction and political transformations: a peasant context», como um dos capítulos do livro *Questions of Transition* (vol. II), a editar sob a égide da UNESCO.

<sup>1</sup> Era, sem dúvida, fecunda a proposta de Bertrand Russell no sentido de explorar certas analogias entre a energia e o poder, atribuindo à ciência social a tarefa de estabelecer as leis de transformação que regem o contínuo movimento de passagem de umas formas de poder para outras: Bertrand Russell, *Power, A New Social Analysis*, Londres, George Allen and Unwin (1938), 1962, pp. 9 e segs. Cf. o comentário a esta proposta em Pierre Bourdieu, *Le sens pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980, pp. 209-210.

Ao desenvolver-se no espaço das relações sociais, a realização dos interesses de classe confronta-se necessariamente, no entanto, com as práticas, descoincidentes ou mesmo contraditórias, de outras classes que igualmente protagonizam os processos colectivos. Pode dizer-se que o campo do poder político é, também ele, estritamente relacional<sup>2</sup>, já que as capacidades de classe, ainda que radicadas nos recursos próprios dos respectivos lugares, só se efectivam na dialéctica de enfrentamentos e alianças com outras classes, fracções e categorias.

Considerar, nas «democracias participativas», directamente e apenas o terreno das práticas decisórias, o modo como em cada conjuntura se recortam e alinham forças sociais e se exercem múltiplas e desencontradas pressões e procuras que estão na base dos *outputs*, das acções e decisões emanadas do «sistema político»<sup>3</sup>, tenderá a confirmar as teses pluralistas da difusão do poder em tais democracias<sup>4</sup>. Aí estariam eliminadas, com efeito, as situações de monopólio e concentração do poder político. Nenhuma classe ou grupo lograria isolada e prolongadamente usá-lo em seu benefício, nem sequer, em condições normais, se verificariam alinhamentos de classe persistentes em torno da definição de estratégias comuns a propósito de comuns interesses. O jogo político consistiria antes num fazer e desfazer constante de alianças e confrontos ao sabor de diferentes interesses, de tal modo que, conforme as conjunturas e as específicas conjunções desses interesses, todos, em alguma ocasião e em alguma medida, teriam oportunidade de fazer ouvir eficazmente a sua voz. E, em termos individuais, por outro lado, cada cidadão teria, se não a efectiva possibilidade de fazer parte do pessoal dirigente, pelo menos a de, em igualdade de oportunidades, apresentar candidatura a esses postos com vista ao exercício directo do poder<sup>5</sup>.

Que o poder político se não encontra inteiramente monopolizado nas formações capitalistas de democracia representativa, constitui uma evidência. Não é possível, no entanto, identificar aí mais do que pluralismos «mitigados», no sentido de uma certa difusão da capacidade de afectar as decisões políticas<sup>6</sup>. Toda a tentação de afirmar a repartição aleatória desse poder pelas classes e grupos que protagonizam os processos sociais é um contra-senso, provavelmente induzido pelo facto de se circunscrever a observação dos seus mecanismos, dos seus agentes e do seu exercício à imediata

---

<sup>2</sup> Cf. Nicos Poulantzas, *L'État, le Pouvoir, le Socialisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1978, pp. 160 e segs.

<sup>3</sup> Cf. David Easton, *A Framework for Political Analysis*, Englewood Cliffs, Nova Iorque, Prentice-Hall, 1965, pp. 108 e segs.

<sup>4</sup> Essas teses sairiam reforçadas, segundo Franco Rositi, pela recusa em considerar que a «cultura de massas» tenha um carácter estruturado: atribuir aos objectos e modelos de comportamento que a compõem características de multiplicidade e de aleatoriedade corresponderia a admitir, para cada actor social, a possibilidade de livres escolhas e originais combinatórias: Franco Rositi, *Historia y Teoría de la Cultura de Masas*, Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1980, pp. 35 e segs.

<sup>5</sup> No âmbito da sociologia política é muito vasta a literatura que considera globalmente realizadas, nas democracias ocidentais, as condições propiciadoras de um real pluralismo. Pode ver-se, por todos, Seymour Martin Lipset, *Political Man*, Londres, Heinemann, 1969 (1959), em especial pp. 179 e segs. Para um exame crítico da teoria da igualdade de oportunidades no terreno político veja-se, por exemplo, Peter Bachrach, *The Theory of Democratic Elitism*, Londres, University of London Press, 1969, pp. 83 e segs.

<sup>6</sup> Cf. Richard Muir, *Modern Political Geography*, Londres e Basingstoke, The MacMillan Press, 2.ª ed., 1981, p. 244.

visibilidade do campo conjuntural das forças em presença e às dimensões activas e voluntárias das práticas que forjam novos acontecimentos e condições.

Se se procurasse analisar, no funcionamento de um casino, as razões que conduzem a que, a prazo e no conjunto, seja a casa a sair vencedora contra os outros parceiros, não chegaria verificar a competência específica de cada jogador, nem bastaria observar o modo como os jogos se desenrolam; seria ainda indispensável conhecer as próprias regras do jogo, já que só a esse nível se determinam as globais probabilidades de ganho. Alguma coisa de semelhante se passa com o estudo do político. É aí preciso ter em conta, evidentemente, os recursos que as classes são capazes de mobilizar na cena social, cuja desigualdade básica desde logo indicia, de resto, estarem elas inevitavelmente obrigadas a participar no que foi descrito como uma «competição imperfeita»<sup>7</sup>. Não podem ser ignoradas, por outro lado, as características e a dinâmica do campo relacional da luta política onde esses recursos, postos ao serviço de diferentes interesses, se jogam e se enfrentam. A compreensão de muitas das assimetrias caracterizadas das relações de poder envolve ainda, porém, o conhecimento das prescrições sociais, explícitas ou meramente implícitas, a que o jogo forçosamente obedece. Traduzidas em anónimos mecanismos estruturais, independentes desta ou daquela acção concreta e deste ou daquele identificável protagonista, tais prescrições predeterminam e limitam, com efeito, o terreno onde as forças sociais podem formular procuras e exercer pressões.

Não deixam de constituir passos decisivos no estudo dos processos políticos, quer a identificação dos dirigentes — aqueles que, em geral através de mecanismos de delegação, assumem o poder de tomar decisões com importância colectiva<sup>8</sup> —, quer o julgamento do sentido e dos efeitos dessas decisões, cujo impacto social constantemente realimenta o sistema político, quer ainda a avaliação das acções, das estratégias e dos conflitos de que as decisões são resultante. A reprodução das relações sociais num espaço determinado remete também, no entanto, para efeitos de poder irredutíveis a decisões positivas, localizadas e observáveis. Ela aponta, de facto, para lugares impessoais, onde as relações de força se traduzem essencialmente na imposição de silenciosas «não decisões»<sup>9</sup>, tendentes a conservar a prevalência de interesses já dominantes. Enquanto as decisões políticas apenas têm em conta «procuras efectivas»<sup>10</sup>, ou seja, aquelas que algum poder

---

<sup>7</sup> Cf. Ralph Miliband, *The State in Capitalist Society*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1969, pp. 146 e segs. Igualmente crítica em relação ao que se pode chamar um pluralismo puro é, por exemplo, a perspectiva de John Westergaard e Henrietta Resler, *Class in a Capitalist Society*, Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, 1976, pp. 141 e segs. e 244 e segs.

<sup>8</sup> A conjugação de diferentes métodos, que vão da análise institucional ao estudo da formação das decisões politicamente mais significativas, passando pelo recurso a informantes, contribuirá para localizar esses privilegiados protagonistas. Cf. Robert A. Dahl, *Modern Political Analysis*, Englewood Cliffs, Nova Jérsea, Prentice-Hall, 1963, pp. 51 e segs.; Pierre Birnbaum, «Le pouvoir local: de la décision au système», in *Revue Française de Sociologie*, xvi, 1973, pp. 336 e segs.

<sup>9</sup> Peter Bachrach e Morton S. Baratz, *Power and Poverty. Theory and Practice*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1970, pp. 7 e segs. e 43 e segs. Cf. igualmente Steven Lukes, «Power and Authority», in Tom Bottomore e Robert Nisbet (orgs.), *A History of Sociological Analysis*, Londres, Heinemann, 1979, pp. 668 e segs.

<sup>10</sup> Expressão que Marx utilizava para mostrar o poder do dinheiro na esfera económica: Karl Marx, *Ébauche d'une Critique de l'Économie Politique*, *Cœuvres II*, Paris, Gallimard, 1968, p. 117.

sustenta, as não decisões contribuem para demarcar os limiares de sensibilidade do sistema político: este conserva na exterioridade todas as necessidades colectivas insuficientemente estribadas em recursos que as tornem audíveis, ou sequer formuláveis. Também os dispositivos, frequentemente irreduzíveis a agentes individualmente identificáveis, que presidem à selectividade do que, em cada caso, é socialmente enunciável como problema político e susceptível de ser submetido a certas modalidades de acção reconhecível deverão constituir, portanto, objecto de estudo. Mas pode igualmente dizer-se que certos mecanismos de determinação estrutural, ao definirem o limite do espaço em que os poderes, enquanto virtualidade de alternativas, efectivamente se exercem, em vez de constituírem manifestação de poderes sociais, devem ser considerados como precondições analíticas para a caracterização do próprio objecto da sociologia política. Neste sentido, haveria que distinguir dois níveis complementares de análise: o nível estrutural, definidor de duradouras assimetrias de recursos e recoberto pelo conceito de dominação<sup>11</sup>, e o terreno das relações sociais, directamente observável a partir da noção de poder. Este último, no entanto, não só retraduz forçosamente aquelas assimetrias, como constitui um constante gerador de sua reprodução/transformação.

Ao colocar-se deste modo, em termos muito genéricos, o problema da análise política, já se vê que perdeu boa parte do seu sentido originário a velha controvérsia sobre qual dos dois — o poder ou o Estado — deveria constituir objecto privilegiado dessa análise<sup>12</sup>. Perdeu-o, inclusivamente, perante a evolução que um e outro conceito foram sofrendo. O Estado, na verdade, vai deixando de ser pensado em termos exclusivamente jurídico-institucionais, para aparecer definido como uma relação social, condensando pluriformes articulações de forças e, portanto, o desenvolvimento de contradições e de lutas socialmente relevantes<sup>13</sup>.

Uma tal proposta, que salutarmente reage à «coisificação» do Estado-sujeito, bem como à concepção instrumentalista, que o reduz a mero utensílio ao dispor da classe ou do bloco dominantes em ordem à obtenção dos objectivos que se propõem atingir, não deixa de pôr, pelo seu lado, algumas dificuldades analíticas. É que, se se fosse ao ponto de limitar o conceito à dimensão relacional, ficaria pouco claro o seu uso em alguns dos mais promissores caminhos recentemente abertos na pesquisa da acção do Estado. De facto, ao tentar-se o exame duma pluralidade de funções políticas que este desempenha nas formações contemporâneas, designadamente por recurso a «mecanismos de dispersão» das contradições e das lutas sociais, mecanismos qualificáveis como de «socialização/integração»,

---

<sup>11</sup> Variantes de aplicação do conceito podem encontrar-se em: Anthony Giddens, *New Rules of Sociological Method*, Londres, Hutchinson, 1976; Stewart Clegg, *The Theory of Power and Organization*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1979; François Chazel, «Pouvoir, Structure et domination», in *Revue Française de Sociologie*, xxiv-3, Julho-Setembro de 1983, pp. 369 e segs.

<sup>12</sup> A discussão clássica pode encontrar-se, por exemplo, em Jean Meynaud, *Introduction à la Science Politique*, Paris, Armand Colin, 1961, pp. 73 e segs., e em Maurice Duverger, *Sociologie Politique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966, pp. 13 e segs.

<sup>13</sup> Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos, «O Estado, o direito e a questão urbana», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 9, Junho de 1982, pp. 18 e 24.

de «trivialização/neutralização» e de «repressão/exclusão»<sup>14</sup>, parece ter de se fazer apelo, ao menos implicitamente, a algo mais do que a essa dimensão relacional. Impõe-se referenciar igualmente o Estado como uma sede originária de intervenções e de políticas.

De qualquer modo, será certo que a extensão actual do conceito, ao mesmo tempo que não deixa de devolver à própria análise institucional um campo bem mais vasto do que o que ela tradicionalmente guardava — e que, no essencial, provinha duma perspectiva constitucionalista —, produz novos recobrimentos parciais com a noção de poder.

Entendida genericamente, esta última denota relações em que, no quadro de processos através dos quais os agentes procuram prosseguir os respectivos interesses em sociedade, certas práticas colectivas se podem considerar dependentes, dominadas por outras práticas. A assimetria característica das relações de poder nada preconcebe, de resto, sobre ter por base situações de consenso ou de conflito, delegações ou usurpações, formas legitimadas de exercício ou contextos de monopólio e de violência. Tão integráveis são nesse conceito amplo de poder as acções concertadas, consensualmente aceites pelos que a elas se submetem<sup>15</sup> e habitualmente designadas por influência, como a opressão arbitrária e generalizada. É certo que continuam a encontrar-se dificuldades quer de operacionalizar o conceito em termos de pesquisa, quer de qualificar as relações de poder politicamente relevantes<sup>16</sup>. Também aqui, no entanto, a tendência parece ir no sentido de alargar o campo analítico, considerando pertinentes ao âmbito da sociologia política relações e lugares de poder que outrora lhe seriam alheios.

Independentemente dos desenvolvimentos conceptuais indicados, importa formular uma outra questão: a de saber até que ponto se haverão de ter por adequadas, em pesquisas monográficas nas regiões rurais, as categorias de análise habitualmente utilizadas para dar conta dos processos políticos de nível nacional, da «grande política». Sabe-se como, no estudo das dimensões económicas, se foi progressivamente entendendo que a «racionalidade» camponesa e as unidades produtivas que a ela obedecem, por serem parcialmente irredutíveis ao funcionamento do sistema empresarial,

---

<sup>14</sup> Boaventura de Sousa Santos, art. cit. in *op. cit.*, p. 25. Trata-se de uma tipologia integrada na «teoria da dialéctica negativa do Estado capitalista», proposta pelo autor. Uma tentativa de recolocar o problema do Estado (e das dimensões político-ideológicas) em sede de teoria das classes encontra-se em Juan Mozzicafreddo, «Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 6, Maio de 1981, pp. 5 e segs.

<sup>15</sup> Cf. Hannah Arendt, *On Violence*, Londres, The Penguin Press, 1970, pp. 40 e segs. Também Parsons reduz o conceito de poder à sua dimensão de autoridade, por referência a objectivos e valores colectivamente partilhados: cf. Talcott Parsons, *Sociological Theory and Modern Society*, Nova Iorque, The Free Press, 1967, pp. 299 e segs.

<sup>16</sup> Como é natural, um conceito tão central como o de poder não poderia deixar de ser discutido por praticamente todos os autores que a ele recorrem; para uma perspectiva recente, pode ver-se, por exemplo, Göran Therborn, *What Does the Ruling Class Do When it Rules?*, Londres, NLB, 1978, pp. 129 e segs. e bibliografia aí indicada. Uma muito útil análise, prolongada aos aspectos metodológicos, encontra-se em Steven Lukes, *Power — A Radical View*, Londres e Basingstoke, The MacMillan Press, 1974. Para uma tentativa de classificação das diversas perspectivas veja-se, finalmente, Janine Goetschy, «Les théories du pouvoir», in *Sociologie du Travail*, 23.º ano, 4, Outubro-Dezembro de 1981, pp. 448 e segs.

exigiam o complemento de certos instrumentos específicos de pesquisa<sup>17</sup>. Algo de semelhante se passará com o sistema de relações políticas?

O espaço rural, a aldeia, constituem indiscutivelmente ponto de confluência e de intersecção de forças que operam num espaço mais vasto. Aos processos políticos globais estão ligados por instituições e órgãos como os partidos, os meios de comunicação, os aparelhos de Estado, os quais, ao mesmo tempo que conservam a plasticidade necessária para falar diversos idiomas adequados às diferenças de receptividade local, não deixam de ir contribuindo para a produção de efeitos niveladores, na sequência da função unificadora e totalizante própria do sistema político<sup>18</sup>. Seria certamente ilegítimo, em todo o caso, extrapolar, por exemplo, conclusões sobre a organização e o funcionamento central do sistema partidário, sem atender às determinações locais, sem atender à dialéctica permanente do geral e do específico, mesmo quando — o que não é sempre o caso — apenas existem localmente prolongamentos dos aparelhos centrais.

Claro que a relevância da política nacional tem historicamente que ver com a sua objectiva capacidade de interferir nos assuntos locais e com a progressiva avaliação local dessa capacidade<sup>19</sup>. Se se pode dizer que uma tal relevância é de há muito inequívoca nos campos portugueses, nem por isso o carácter *sui generis* dos processos que aí se desenrolam deixa de sobreviver à consciência relativamente generalizada do impacte de práticas e de decisões exteriores.

A discussão de eventuais vias conceptuais e metodológicas que, complementando as tradicionalmente percorridas pela sociologia política, possam contribuir para as análises de tipo monográfico acaba por reconduzir ao problema das assimetrias estruturais, cuja compreensão aquelas análises exigem. A subordinação global dos espaços rurais, de que diversos níveis podem ser analisados sob a forma de enunciado de funções externas por eles cumpridas, ajuda, com efeito, a entender os limites no interior dos quais se movem as forças sociais implantadas nesses espaços e os enviesamentos resultantes de um jogo cujas regras, em grande medida, não contro-

---

<sup>17</sup> Trata-se duma tradição que tem em Chayanov um dos principais fundadores, não obstante, para além da comum insistência na especificidade do rural, o «formalismo» de Chayanov se contrapor ao «substantivismo» de Polanyi e de Dalton. Cf. Karl Polanyi, Conrad M. Arensberg e Harry W. Pearson (orgs.), *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*, Barcelona, Editorial Labor, 1976; George Dalton, *Economic Anthropology and Development: Essays on Tribal and Peasant Economies*, Nova Iorque, Basic Books, 1971, pp. 74 e segs.; Teodor Shanin, «The Nature and Logic of the Peasant Economy — I: A Generalization», in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n.º 1, Outubro de 1973, pp. 63 e segs.; id., «II: Diversity and Change», «III: Policy and Intervention», *ibid.*, vol. 1, n.º 2, Janeiro de 1974, pp. 186 e segs. Uma análise da evolução dos estudos de economia agrária em Portugal e das suas relações com a definição de políticas para o sector agrícola encontra-se em Fernando Oliveira Baptista, «Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta-1974)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, Dezembro de 1981, pp. 59 e segs. Ver ainda José Reis, «A economia agrária e a pequena agricultura», *ibid.*, pp. 149 e segs.

<sup>18</sup> Cf. André Béteille, *Caste, Class and Power — Changing Patterns of Stratification in a Tanjore Village*, Berkeley, University of California Press, 1971, pp. 141 e segs.; I. M. Lewis, *Social Anthropology in Perspective*, Harmondsworth, Penguin Books, 1976, pp. 281 e segs.; George Balandier, *Anthropologie Politique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976, p. 46.

<sup>19</sup> Cf. Eugen Weber, *Peasants into Frenchmen — the modernization of rural France 1870-1914*, Londres, Chatto & Windus, 1979, pp. 242 e segs.

lam. Se alinhamentos e clivagens aí detectáveis constituem também dimensões da reprodução de processos mais vastos, eles não se esgotam nunca, porém, nessas determinações gerais.

## 1.2. PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NUMA REGIÃO DE ENTRE DOURO E MINHO

A particular visibilidade que os processos políticos sempre assumem nos tempos fortes da história, quando as transformações aparecem como evidentes e indelmentíveis, não torna dispensável a análise das raízes de tais transformações e dos seus limites num dado tecido social. Abril de 1974 constitui referência para um período desse tipo na história portuguesa recente.

Não só por causa da proximidade temporal, como da escassez de estudos gerais e localizados, serão ainda impossíveis balanços aprofundados a respeito das dinâmicas de mudança e de conservação que os últimos dez anos vieram revelar em Portugal. Apenas se pretende agora dar conta de algumas dimensões dos processos políticos que afectaram uma freguesia rural do Noroeste. Trata-se, assim, de um trabalho monográfico, participando das virtualidades, mas também necessariamente das limitações que esse tipo de objecto comporta.

De entre as cómodas distinções analíticas tradicionais, a que opõe o espaço rural ao urbano está, como é sabido, afectada de um certo simplismo reducionista. Continuar a utilizá-la supõe algumas cautelas, mas parece justificar-se, já que, sem prejuízo das múltiplas e crescentes interpenetrações entre os dois espaços, de todos os efeitos homogeneizadores que a ambos se prolongam, não deixa de ser possível entre eles verificar diferenças significativas em termos das classes e fracções sociais que os ocupam, das formas produtivas prevaletentes, dos modelos dominantes da sociabilidade, das lógicas estruturadoras do conjunto das relações sociais que em cada um deles se estabelecem.

Claro que, mesmo ao focar-se apenas o espaço rural, nem assim se pode esperar encontrar homogeneidade. O caso português é, de resto, bem significativo dessa poliformia, em que avulta o contraste entre o Sul, com forte predomínio de grandes empresas agrícolas recorrendo ao trabalho assalariado, e todo um conjunto de regiões mais a norte, onde a agricultura camponesa continua a constituir a regra. Agricultura camponesa e agricultura capitalista, por seu turno, exibem múltiplas diferenças regionais e locais.

Razões que chegam, portanto, para impor cuidados a eventuais tentativas generalizadoras<sup>20</sup> que hipóteses melhor ou pior verificadas ao nível local possam sugerir, ao mesmo tempo que exigem o fornecimento de indicações sociográficas — aqui forçosamente muito resumidas e esquemáticas — sobre o espaço estudado.

A região de Entre Douro e Minho, em que se integra o concelho de Penafiel e a freguesia de Fonte Arcada — ponto de aplicação fundamental deste estudo —, constitui um vasto anfiteatro voltado para o mar. No dizer de Birot, aí se encontra «o tipo mais perfeito de integração agrícola vertical

---

<sup>20</sup> Contra tais tentativas previne, por exemplo, Juan Martinez-Allier, «A Theoretical Study of the Peasantry: Peasants and Labourers in Southern Spain, Cuba and Highland Peru», in Bernardo Berdichevsky (org.), *Anthropology and Social Change in Rural Areas*, The Hague-Paris-Nova Iorque, Mouton, 1979, p. 298.

que se pode imaginar, o campo-prado-pomar, capaz de fornecer quase simultaneamente frutas, matérias gordas, bebidas, legumes (feijão misturado com milho), pão (de milho), alimentação para suínos e bovinos»<sup>21</sup>. Claro que, além da penetração disseminada de unidades de produção industrial nalgumas zonas rurais do território, nele se localizam também centros urbano-industriais, dos quais o mais importante — o do Porto — fica apenas a uns 30 quilómetros de Fonte Arcada. Dominante, porém, é uma paisagem em que se tornam evidentes as marcas físicas da actividade agrícola de policultura intensiva e o retalhamento, por vezes extremo, das explorações.

Para o concelho de Penafiel, o *Inquérito às Explorações Agrícolas de 1968* indicava ainda uma incidência das formas indirectas de exploração (arrendamento e parceria) de cerca de 45% do total e uma dimensão média das explorações não atingindo 2 hectares. As unidades de tipo familiar, que tinham vindo, nos anteriores quinze anos, a ganhar terreno sobre as patronais, ultrapassavam, por essa altura, 80% do quantitativo global recenseado. Como nenhuma alteração de fundo veio entretanto perturbar a actividade agrícola concelhia, os valores indicados continuam a fornecer uma imagem razoável do quadro em que ela se desenvolve.

Toda a região minhota, onde é antigo um povoamento denso e disperso, constitui, por outro lado, fonte tradicional e importante de migrações internas definitivas ou sazonais, bem como de emigração transoceânica. A partir de meados do nosso século, a conjugação de mudanças verificadas na forma e no ritmo de crescimento económico português com as solicitações de força de trabalho provenientes de regiões centro-europeias veio favorecer nova e considerável vaga de êxodo rural e de emigração; emigração que desta vez afectava o conjunto do território nacional e, com a única excepção do pólo Lisboa-Setúbal, convertia mesmo regiões como a do Porto, tradicionalmente de acolhimento, em regiões de repulsão. Sabe-se que os fluxos, sobretudo dirigidos para a França e a Alemanha, viriam a estancar-se subitamente nos inícios da década de 70, situação agravada, do ponto de vista da pressão sobre o mercado interno de força de trabalho, pelo retorno de um volumoso contingente de residentes nas ex-colónias.

Tal como provavelmente em outras regiões onde a pendularidade encontrou terreno propício, a freguesia de Fonte Arcada ficou, porém, praticamente imune à última vaga emigratória. Justamente a partir dos primeiros anos 60, as deslocações quotidianas para o Porto de membros das famílias camponesas aí residentes puderam funcionar como alternativa quer às migrações definitivas e à emigração, quer à implantação industrial local, quer à própria modernização agrícola.

Factores como a inviabilização económica da agricultura enquanto actividade exclusiva, o contacto com novos padrões culturais e de consumo — que a emigração e a proximidade urbana já haviam começado a propiciar — e a atracção por formas de vida e de trabalho tidas por mais limpas, seguras, remuneradas e dignificantes foram contribuindo para essas contagiosas estratégias de abandono do trabalho tradicional, facilitadas, por outro lado, pelo transporte relativamente rápido e económico em caminho-de-ferro. Estratégias de abandono que se compatibilizam, no entanto, com estratégias de conservação, pois na grande maioria dos casos era imperativo manter a residência local, a par da agricultura de complemento. Assim se



fraccionaram inúmeros grupos domésticos, destacando da força de trabalho familiar, outrora indivisível no quadro produtivo de cada casa agrícola, os elementos masculinos e mais jovens, capazes de corresponder à procura cidadina. Em contrapartida, as mulheres, sobretudo, mas também velhos e crianças, viram-se recrutados para acrescidas responsabilidades no amanho das terras e, em certos casos, na gestão das unidades produtivas. A conservação da casa, por um lado, e da segurança e do complemento económico fornecidos pela pequena leira, por outro, terão estado na base da prevalência clara que a pluriactividade pendular revelou face às alternativas virtuais, dantes frequentemente praticadas, da emigração ou da migração interna definitiva.

Resposta maioritária da população às novas condições, nem por isso ela deixou de afectar diferencialmente as classes e fracções que para essa opção propenderam. Mais significativo, contudo, do que as incidências de recrutamento à partida é toda a gama de resultados que o processo tem gerado em termos de estrutura classista local<sup>22</sup>. Em vinte anos, com efeito, as famílias de campesinato parcial ganharam preponderância evidente, quer em termos estritamente quantitativos, quer, como é normal, na influência exercida sobre o conjunto dos vizinhos. E essas famílias deixaram de poder ser identificadas como unidades de gestão e de reprodução de um mesmo património, de um rendimento unificado e de um comum trabalho colectivo.

De um modo mais geral, a recomposição da estrutura de classes não deixou de constituir ponto de aplicação e origem de múltiplos efeitos sobre os processos sociais. Nem todos implicaram dinâmicas de transformação. É assim que as estratégias de pendularidade, embora tenham contribuído para produzir algum abrandamento da pressão sobre o recurso terra<sup>23</sup>, já que vieram aliviar a procura de arrendamento e de compra, não chegaram ao ponto de reduzir drasticamente nem uma nem outra dessas procuras. Os agregados de campesinato parcial, ao abandonarem uma lógica exclusivamente centrada na agricultura e ao limitarem a sua capacidade global de trabalho a esse nível, deixaram do mesmo passo de suportar o peso de reprodução económica apenas a partir de tal actividade. Um pequeno complemento, uma segurança de futuro e, nalguns casos, o acesso à casa de caseiro tornaram-se as únicas exigências. Se a modernização nas pequenas leiras seria frequentemente inviável, ela deixara igualmente, mesmo antes de ensaiada, de se tornar indispensável. O baixo nível de participação em organizações e de capacidade reivindicativa, em particular no que respeita às questões da parceria e da renda, encontrará nessa subalternização da lógica agrícola, por seu turno, uma das suas fundamentais razões explicativas.

A manutenção de níveis suficientes de procura do pequeno arrendamento teve também efeitos, contudo, do lado da oferta, uma vez que os proprietários maiores, alguns dos quais absentistas, podem genericamente ir conservando os modos tradicionais de cultivo e exploração. Ser-lhes possível, nessas circunstâncias, dispensar-se de exigentes mudanças em termos de investimento e de mentalidade foi tanto mais oportuno para eles,

---

<sup>22</sup> Uma imagem da distribuição classista, tomando por unidade o grupo doméstico, encontra-se no quadro I (anexo).

<sup>23</sup> Ao contrário do que ideias correntes sobre o Norte «minifundiário» poderiam fazer supor, a distribuição dos recursos fundiários não é aí equilibrada. Para Fonte Arcada ver quadro II (anexo).

quanto iam sendo confrontados com o acelerado rareamento da alternativa força de trabalho assalariada.

Todo um conjunto de factores acaba assim, paradoxalmente, por operar a conservação da antiga estrutura da propriedade fundiária, ao mesmo tempo que contribui para bloquear modernizações significativas da agricultura. Não se pode ignorar, porém, a importância e a extensão dos efeitos de mudança que percorrem diversas dimensões da vida colectiva.

Encontramo-los nas formas de sociabilidade e nas manifestações simbólicas dominantes, cada vez mais tributárias da permeabilidade local à grande tradição, às pequenas tradições urbanas, à «cultura de massas». Encontramo-los nas estratégias face à terra, ao trabalho, ao ensino, ao casamento, à organização familiar. Encontramo-los em outros modos de gerir a vida quotidiana, como os que se relacionam com as práticas festivas ou com a religiosidade. Foram essencialmente a recomposição de classes e a aquisição preeminência do campesinato parcial que veicularam fluxos específicos de influência e de troca com o exterior, que fizeram emergir novos mediadores e novos dirigentes, que conduziram a novas formas de socialização e a novas atitudes, que, em resumo, estão a inflectir de um modo global os antigos rumos da colectividade.

O que agora nos vai interessar, no entanto, são as dimensões da vida colectiva mais directamente relacionadas com os processos políticos. Tentaremos captá-las através de dois elementos: as eleições ocorridas após Abril e a observação dos lugares de poder e dos seus ocupantes.

## 2. OS CAMPOS, A «COMPETÊNCIA POLÍTICA» E AS ELEIÇÕES

São inúmeros os registos históricos de formas de resistência opostas pelas classes camponesas aos poderes dominantes: elas vão do protesto passivo e silencioso, capaz de inviabilizar a intervenção legislativa do Estado, à participação, por vezes decisiva, em processos revolucionários instauradores duma nova ordem social, passando pela explosão súbita e efémera de violentas *jacqueries*<sup>24</sup>.

No conjunto, porém, parece poder dizer-se que a tendência dominante inscrita nos espaços rurais europeus de dominante camponesa vai no sentido de constituírem reservas de apoio aos poderes estabelecidos. O facto de estes, para além de fomentarem uma tal tendência, lhes reconhecerem a importância está na base da organização de sistemas eleitorais em que ficam asseguradas sobre-representações rurais sistemáticas, sem que lhes corresponda idêntico poder político auto-sustentado<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Análises comparativas da intervenção política camponesa encontram-se, por exemplo, em Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Boston, Beacon Press, 1966; Roland Mousnier, *Fureurs Paysannes — Les paysans dans les révoltes du XVII siècle (France, Russie, Chine)*, Paris, Calmann-Lévy, 1967; Eric Wolf, *Les guerres paysannes du vingtième siècle*, Paris, François Maspero, 1974; Henry A. Landsberger (org.), *Rebelión Campesina y Cambio Social*, Barcelona, Editorial Crítica, 1978.

<sup>25</sup> Cf. Maurice Duverger, *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1955, pp. 477 e segs.; id., *Sociologie Politique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1966, pp. 471 e segs.; J. M. Cotteret, C. Émeri e P. Lalumière, *Lois Electorales et Inégalités de Représentation en France, 1936-1960*, Paris, «Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques», Armand Colin, 1960; Henri Mendras, *Sociétés Paysannes*, Paris, Armand Colin, 1976, p. 196.

Claro que múltiplos factores podem afectar, de modo mais ou menos brusco, os apoios normalmente garantidos pelos sectores majoritários das classes camponesas às forças que controlam o poder central<sup>26</sup>. Entre os de natureza mais geral contam-se os que se ligam a transformações nos processos sociais resultantes da prevalência da lógica industrial de crescimento económico: se esta é susceptível de induzir rupturas na fidelidade das classes rurais, ao contribuir para a redução do respectivo volume, tende a retirar-lhes, do mesmo passo, a própria importância eleitoral.

Também sobre a incidência desses efeitos se não costumam iludir as forças conservadoras. Em França, após a revolução de 1848 e a Comuna, elas procuraram desenvolver estratégias no sentido de bloquear parcialmente o crescimento da indústria, de isolar as populações operárias urbanas, de conter o êxodo rural, de incrementar e difundir ideologias ruralistas, por forma a preservar a sua aliança com o campesinato<sup>27</sup>. Só bem mais tarde, já na V República, veio decididamente a prevalecer uma lógica de industrialização inclusiva da agricultura, já que se tornavam insuportáveis os custos económicos de conservar nos campos uma volumosa população «excedentária»<sup>28</sup>.

O facto de aquilo que se espera do espaço rural em termos políticos — as suas funções políticas externas — poder entrar em contradição com a função, que igualmente é chamado a cumprir, de contribuir para a acumulação capitalista ao nível nacional chama a atenção para a impossibilidade de postular o carácter forçosamente cumulativo das respectivas funcionalidades.

Ainda que num bem diverso contexto, contradição paralela entre função política e função económica se revelava no Portugal dos anos 60. A política económica estagnante que correspondia à ideologia do «país essencialmente agrícola» ia então cedendo passo a um processo de industrialização e de crescimento urbano cujos efeitos sobre os campos se reforçavam poderosamente pela centrifugação de força de trabalho para a Europa. Desde as transformações nas condições de vida material até às que mais particularmente afectavam o plano simbólico, foram múltiplos esses efeitos de mudança. Só que eles se exerceram de modo diferenciado, conforme o respectivo ponto de aplicação. De verificável para o conjunto do território rural apenas se poderá provavelmente afirmar a generalidade dos decréscimos de população aí residente e dedicada à agricultura, bem como a raridade de situações de clara modernização agrícola.

Mesmo quando fundas transformações alteram o quadro de vida aldeão, ainda é possível a longa sobrevivência da exterioridade política camponesa<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> O rápido abandono das posições direitistas, fortemente dominantes na Provença rural ainda por meados do século XIX, constitui exemplo duma dessas subversões das continuidades tradicionais: ver Maurice Agulhon, *La République au Village*, Paris, Seuil, 1979.

<sup>27</sup> Cf. M. Gervais, C. Servolin e J. Weil, *Une France sans Paysans*, Paris, Seuil, 1965, pp. 22 e segs.; no mesmo sentido, Louis Chevalier, *Classes Laborieuses, Classes Dangereuses*, Paris, Plon, 2.ª ed., 1974.

<sup>28</sup> Cf. Nicole Eizner e Bertrand Hervieu, *Anciens Paysans Nouveaux Ouvriers*, Paris, Éditions l'Harmattan, 1979, pp. 43 e segs.

<sup>29</sup> Cf. Suzanne Berger, *Les Paysans Contre la Politique*, Paris, Seuil, 1975, pp. 23 e segs. A tentativa de estabelecer um modelo de actividade política camponesa em contexto de «modernização» encontra-se em Samuel P. Huntington, *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, São Paulo, Editora Forense-Universitária, 1975 (1968), pp. 85-91 e 300-309.

Nos espaços em que tais alterações sejam menos drásticas, mais, porém, se costuma verificar a relativa incapacidade das fracções rurais subordinadas de activamente intervirem nos processos políticos de âmbito nacional. Tal incapacidade constitui, antes de tudo, consequência e sintoma das assimetrias estruturais que reservam ao espaço rural uma situação dominada e mergulha as suas raízes, por outro lado, nas condições de vida e de trabalho prevalentes nos campos.

Algumas dessas condições são, no essencial, partilhadas pelo conjunto dos pequenos produtores.

A estrutura das unidades agrícolas, espacialmente disseminadas e levando a cabo processos de trabalho autocontidos, desde logo favorece o relativo isolamento dos que as fabricam. No grupo doméstico camponês, o colectivismo interno, sacrificando e dissolvendo interesses especificamente individuais dos seus membros em nome de uma estratégia comum, vai combinar-se com o individualismo nas práticas sociais extrafamiliares, ele próprio decorrente dessa integração estratégica de meios e de objectivos<sup>30</sup>. Individualismo que se reforça na avaliação da vida social como uma inevitável associação entre o êxito de alguns e o declínio de outros<sup>31</sup>. Sempre que, designadamente por acção do mercado, se acentuam pressões selectivas e, com elas, a ameaça de erosão quantitativa das explorações, a resposta normal residirá em agudizarem-se ainda as estratégias competitivas de cada unidade<sup>32</sup>, e tanto mais assim será, de resto, quanto na colectividade mais limitado for o acesso a recursos de crédito, de força de trabalho e sobretudo de terra, enquanto condição necessária de produção.

Quando, por seu turno, as estratégias defensivas dos camponeses se inserem num quadro de menor fragmentação individualista, quando continuam preservadas formas de colaboração recíproca, quando nos laços de parentesco não circunscritos a cada casa agrícola reside o princípio organizador básico da vida aldeã e de recurso contra as crises, perduram então outros factores, igualmente tendentes, no entanto, a desencorajar a acção política. A formas sociais desse tipo costuma associar-se, com efeito, uma agricultura de diminuta incidência de capital técnico, pouco exposta aos mecanismos e às áleas do mercado por força da sua capacidade de se abrigar em auto-subsistências parciais. O preço a pagar, neste caso, é geralmente o de penosos métodos e ritmos de trabalho, o de escassos tempos disponíveis para actividades extraprodutivas, o da cristalização mais acentuada, por último, quer de mecanismos objectivos que excluem os produtores da participação política, quer de sistemas de disposições que, através de interiorização da «incompetência» naquele campo, conduzem, eles próprios, à auto-exclusão camponesa.

Entre os elementos «objectivos» a que essa «incompetência» se associa está, por exemplo, o nível especialmente elevado de analfabetismo nas

---

<sup>30</sup> Neste sentido, Jerzy Tepicht, *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*, Paris, Armand Colin, 1973, pp. 23 e segs. A vitalização e hipostasia da casa agrícola galega, com a correspondente despersonalização dos seus membros, que só através dela se identificam, é salientada por Carmelo Lisón Tolosana, *Antropología Cultural de Galicia*, Madrid, Siglo XXI, 1977, pp. 371 e segs.

<sup>31</sup> Cf. F. G. Bailey, «The Peasant View of the Bad Life», in Teodor Shanin (org.), *Peasants and Peasant Societies*, Harmondsworth, Penguin Books, 1976, p. 316.

<sup>32</sup> Cf. Eric R. Wolf, «On Peasant Rebellions», in Teodor Shanin (org.), *Peasants and Peasant Societies*, cit., pp. 264 e segs.

profissões agrícolas<sup>33</sup>. Mas um conjunto de atitudes verificadas nos sectores mais destituídos de capital escolar, como a fraca tendência associativa, o diminuto consumo de informação política fornecida pelos meios de comunicação social, ou a avaliação negativa da eficácia de intervenção pessoal nos assuntos políticos<sup>34</sup>; além de revelar a articulação com elementos radicando na situação de classe, é também plenamente congruente com a propensão abstencionista, que constituirá o mais visível indicador da marginalização camponesa.

Estratégias claramente individualistas e estratégias que prolongam o colectivismo interno em actividades de cooperação interfamiliar não têm de ser, importa, por último, notá-lo, mutuamente exclusivas, antes frequentemente se interpenetram nas situações concretas. E nada impede a reversibilidade da dominância de qualquer delas: dentro de certos limites, impostos quer pelas inércias históricas, quer pelas condições técnicas da produção, é possível passar da prevalência de uma das lógicas à prevalência da outra.

Certas outras condições gerais não deixam de operar, no entanto, significativas distinções entre as fracções camponesas.

Do lado dos produtores proprietários, mesmo quando os meios de produção disponíveis não permitem mais do que a difícil reprodução simples das respectivas explorações, os efeitos ideológico-políticos do controlo das pequenas parcelas de terra tendem a tornar-se decisivos<sup>35</sup>. De um modo muito esquemático, pode dizer-se que, quando as coisas correm bem, a valorização económica do património tem imediatas implicações ideológicas; quando correm mal, passa a funcionar o conservadorismo inerente à racionalização dos trajectos de declínio. Ilustrativos desta última situação, abundam exemplos em Fonte Arcada. Os pequenos produtores agrícolas que não se envolveram na pendularidade foram sobretudo aqueles que alguma dificuldade — a idade, o capital escolar, a falta de «iniciativa» — imobilizava. Mas a esses mecanismos inibitórios de partida há que juntar a própria propriedade, a que se associava uma ilusão de segurança e de prestígio, hoje parcialmente desvanecida para toda uma camada dos seus velhos detentores, sem que estes deixem de tender a atribuir em exclusivo à «mudança dos tempos» as razões das suas desgraças.

Do lado de parceiros e rendeiros, o confronto directo com proprietários, de interesses ao menos parcialmente contrapostos, pode já levar a posições de protesto e a formas colectivas e organizadas de participação

---

<sup>33</sup> O Recenseamento de 1960 revelava, nessas profissões, o maior valor de analfabetismo literal (48,9%); em Penafiel era superior a 40% o volume dos dirigentes de exploração que não sabiam ler, segundo o último *Inquérito às Explorações Agrícolas*; finalmente, mesmo em 1979, o analfabetismo literal no sector primário subia a 36,5% (contra 7,0% e 5,4% no secundário e no terciário), de acordo com a estimativa do *Inquérito Permanente ao Emprego — Portugal (Continente)*, 1.º semestre de 1979.

<sup>34</sup> Cf. IFOP, *Os Portugueses e a Política, Quatro Anos depois do 25 de Abril*, Editorial Meseta, 1978. Trata-se de um estudo de opinião, a partir de um inquérito sobre amostra representativa da população do continente.

<sup>35</sup> Diversos autores, clássicos e contemporâneos, salientam tais efeitos. Veja-se, por exemplo, Karl Kautsky, *La question agraire*, Paris, Giard et Brière, 1900, pp. 280 e segs., e Marcel Jollivet, «Sociétés Rurales et Classes Sociales», in J. Fauvet e H. Mendras (orgs.), *L'univers politique des paysans*, Paris, Armand Colin, 1972, pp. 98 e segs. Cf., igualmente, Pedro Hespanha, «A pequena agricultura, o preço da terra e as políticas fundiárias», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, Dezembro de 1981, pp. 467 e segs.

política; em diversos contextos, porém, o próprio carácter precário da posse da terra e os laços de dependência pessoal em que se acham envolvidos são susceptíveis, em contrapartida, de funcionar como dissuasores duma tal participação.

A situação dos assalariados agrícolas, por último, será provavelmente ainda mais condicionada, quanto às suas virtualidades políticas, pelos contextos de inserção<sup>36</sup>: se, em regiões onde dominam extensas empresas capitalistas agrícolas, a ausência de posse da terra e a forma salário tenderão a impor a sua lógica, em zonas onde tais empresas sejam menores e minoritárias já não é certo que a actividade política dos assalariados, dispersos por essas empresas e trabalhando ocasionalmente em explorações camponesas, se distinga marcadamente da dos camponeses proprietários e rendeiros<sup>37</sup>.

Não haverá dúvidas, por um lado, sobre a necessidade de ter em conta as virtualidades inscritas nas diferentes situações de classe das fracções camponesas, capazes de contribuir para a explicação dos respectivos e distintos comportamentos políticos<sup>38</sup>, mas não podem esquecer-se, por outro, eventuais efeitos de solidariedade interclassista, reforçados pelo cimento ideológico de temáticas como a da «unidade do mundo rural»<sup>39</sup>. Trata-se de efeitos que radicam nas densas relações de interconhecimento e de integração característica de certas colectividades rurais, bem como em interesses partilhados entre as várias fracções, incluindo os que se referem aos mercados a montante e a jusante da produção. Através do esbatimento de contradições internas, esses efeitos revelam-se quer na passividade política, feita à custa da neutralização das fracções dominadas, quer na canalização do protesto em termos de oposição às interferências do Estado, quer ainda em querelas de campanário, reforçando a identidade local por demarcação face a vizinhos e visíveis espaços confinantes.

---

<sup>36</sup> As propostas de tipologia das situações de classe nos campos devem incluir as componentes relacionais, que, dizendo respeito a essas classes, contribuem para moldar a configuração específica de cada uma delas. Cf., neste sentido, Sidney W. Mintz, «A Note on the Definition of Peasantries», in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n.º 1, Outubro de 1973, pp. 101 e segs.

<sup>37</sup> Sobre os factores de «dissimulação» dos trabalhadores sem terra inseridos em comunidades camponesas ver Sidney W. Mintz, «The Rural Proletariat and the Problem of Rural Proletarian Consciousness», in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n.º 3, Abril de 1974, pp. 304 e segs.

Em certas condições sociais foi verificado que esses trabalhadores podiam adoptar um comportamento «deferente»: cf. Howard Newby, «Agricultural Workers in the Class Structure», in *The Sociological Review*, vol. 20, n.º 3, Agosto de 1972, pp. 413 e segs.; C. Bell e H. Newby, «The Sources of Variation in Agricultural Workers», *ibid.*, vol. 21, n.º 2, Maio de 1973, pp. 221 e segs., e H. Newby, «Deference and the Agricultural Worker», *ibid.*, vol. 23, n.º 1, Fevereiro de 1975, pp. 51 e segs.

A falta de nitidez na distinção de comportamentos entre o campesinato e os assalariados agrícolas pode ocorrer também em contextos de protesto político. Cf. Juan Martínez-Alier, «A Theoretical Study of the Peasantry: Peasants and Labourers in Southern Spain, Cuba, and Highland Peru», in Bernardo Berdichevsky (org.), *Anthropology and Social Change in Rural Areas*, Haia, Mouton, 1979, pp. 271 e segs.

<sup>38</sup> Cf. Hamza Alavi, «Peasants and Revolution», in Ralph Miliband e John Saville (orgs.), *The Socialist Register*, Londres, The Merlin Press, 1965, pp. 241 e segs.

<sup>39</sup> Cf. Nicole Eizner, «L'Idéologie Paysanne», in *L'univers politique des paysans*, cit., pp. 318 e segs.

O interclassismo e o individualismo<sup>40</sup> resultam, assim, de conjunções de factores ligados ao modo de vida rural. Factores que presidem, igualmente, aos baixos níveis de integração classista camponesa — a *low classness* de que fala Shanin<sup>41</sup> —, à tendência para delegar a representação dos seus interesses em não camponeses<sup>42</sup>, deixando-se igualmente guiar, na acção política, por elementos exteriores<sup>43</sup>, ao difícil reconhecimento, por último, de trajectos solidários e de comuns obstáculos e objectivos, com a correlativa incapacidade de, a partir de estratégias conscientes, desenvolver práticas colectivas amplas<sup>44</sup>, coordenadas e duradouras.

Se se pretendesse desenhar, a traços largos, os contornos da história política dos últimos decénios nos campos do Norte português, as referências que têm vindo a ser esboçadas corresponderiam a esse simplificador e sumário esboço.

Antes de Abril, para a relativa inacção camponesa contribuía decisivamente, é certo, a estrutura política de então, em que não só os meios normais de participação estavam excluídos, como, longe de provirem do poder constituído incentivos a uma qualquer forma de mobilização e militância consistentes, mesmo de forças sociais potencialmente apoiantes, prevaleciam tendências no sentido de global e sistematicamente neutralizar e anestesiar as classes rurais, encaradas como mera reserva passiva de apoio a esse poder<sup>45</sup>. Sabe-se também, por outro lado, que os mecanismos repressivos do conservadorismo autoritário tornavam qualquer acção política inconformista não só difícil, como perigosa. O avolumar dos fluxos migra-

---

<sup>40</sup> A genérica presença do individualismo e dos seus efeitos inibidores de acções políticas conjuntas e organizadas é reconhecida por autores tão diferentes como Raymond Aron, *La lutte de classes, nouvelles leçons sur les sociétés industrielles*, Paris, Gallimard, 1964, pp. 119 e segs., e Bernard Lambert, *Les paysans dans la lutte des classes*, Paris, Seuil, 1970, pp. 100 e segs.

<sup>41</sup> Teodor Shanin, *The Awkward Class*, Londres, Oxford University Press, 1972, p. 213.

<sup>42</sup> Cf. Sylvain Maresca, «La représentation de la paysannerie. Remarques ethnographiques sur le travail de représentation des dirigeants agricoles», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 38, Maio de 1981, p. 18.

<sup>43</sup> Cf., nesse sentido, Roland Mousnier, *Fureurs Paysannes*, cit., p. 329; V. G. Kiernan, «The Peasant Revolution», in Ralph Miliband e John Saville (orgs.), *The Socialist Register*, The Merlin Press, 1970, p. 11; Teodor Shanin, *The Awkward Class*, cit., pp. 214-218.

Importa ter em conta, em contrapartida, evidências históricas que parecem apontar para intervenções políticas camponesas auto-sustentadas; para o caso das revoltas minhotas no Portugal de meados do século XIX, ver Joyce Riegelhaupt, «Camponeses e estado liberal: a Revolta da Maria da Fonte», in *Estudos Contemporâneos*, Porto, Secretaria de Estado da Cultura, 1981, n.º 213, pp. 129 e segs. Mas mesmo no caso do «maior levantamento popular da história portuguesa» — o de 1808-09 —, em que o campesinato teve importante papel, ainda aí a classe dominante pôde colocar-se à cabeça do movimento e rapidamente desviá-lo dos seus objectivos potenciais. Cf. Vasco Pulido Valente, «O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809», in *Análise Social*, vol xv, n.º 57, 1979-1.º, pp. 7 e segs.

<sup>44</sup> A restrição da acção política camponesa, em condições normais, aos níveis local e regional é igualmente salientada por E. J. Hobsbawm, «Peasants and Politics», in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n.º 1, Outubro de 1973, pp. 8 e segs.

<sup>45</sup> Apesar de respeitarem a um contexto nacional substancialmente distinto, envolvendo designadamente as sequelas da guerra civil, idênticas tendências no sentido de fomentar a apatia política podiam ser verificadas na Catalunha rural. Cf. Edward C. Hansen, *Rural Catalonia Under the Franco Regime: the Fate of Regional Culture Since the Spanish Civil War*, Londres-Nova Iorque-Melburne, Cambridge University Press, 1977, pp. 142 e segs.

tórios constituía nessa altura o sintoma e a resposta possível às tensões no espaço rural, ao mesmo tempo que funcionava, para o regime, como a mais evidente válvula de segurança ao crescendo de dificuldades económicas e políticas.

As transformações da estrutura política originadas em 1974 vieram naturalmente libertar a expressão das forças sociais em presença, tornando-lhes mais visíveis os contornos. Do mesmo passo, tais transformações suscitaram, por si próprias, a formação de organizações e movimentos que passaram a imprimir a todo o processo as suas específicas marcas.

Está ainda por fazer a história das práticas sociais recentes nos campos portugueses do Norte<sup>46</sup>. De forma mais uma vez global e esquemática, é possível dizer-se, porém, abstraindo das múltiplas diferenciações locais, que se confirmaram relativamente ao campesinato nortenho as características de funcionamento que as respectivas condições de classe tendem a induzir. Do lado da esquerda, e deixando de parte as cristalizações partidárias obedecendo a uma lógica parcialmente específica, os movimentos de reivindicação profissional e política então surgidos revelaram, no conjunto, que não só o essencial da sua direcção escapava aos próprios camponeses, como era efémera e minoritária a sua natureza. Não obstante pouco se saber, por seu turno, sobre a efectiva liderança das explosões de activismo camponês de direita ocorridas em 1975, dificilmente será sustentável tratar-se de movimentos maciços e auto-sustentados. Se bem que os surtos de violência estivessem ligados à conjuntura da época, não só eles se esgotaram, em todo o caso, rapidamente, como não deixaram heranças muito explícitas em estruturas posteriores<sup>47</sup>.

Os espaços rurais do Norte só parcial e temporariamente foram abalados, portanto, pelo processo revolucionário do epicentro urbano. O peso que jogaram na liquidação dele foi, acima de tudo, o peso de uma inércia antiga, feita de continuidades estruturais, as quais, muito embora não estejam isentas de contradições e movimento, continuam a reproduzir um conservadorismo dominante.

Nas novas condições posteriores a Abril, a distribuição partidária, tal como resulta das diversas eleições realizadas de 1975 para cá, constitui indicador relevante de tendências ideológico-políticas. Deixando de parte as designações presidenciais, importa ter em conta as linhas de evolução nas opções de voto para os espaços que nos ocupam, quer as que conduzem

---

<sup>46</sup> Contributo importante para a região que nos interessa é a análise da liquidação da organização corporativa feita por Carlos da Silva Costa, *As Federações dos Grêmios da Lavoura do Norte Litoral: Entre Douro e Minho e Beira Litoral* (policop.) (sob a direcção de Manuel de Lucena), Porto, 1978; mais genéricos, e incidindo sobretudo no período entre a segunda guerra mundial e 1974, são os trabalhos de Manuel Lucena, «A coordenação económica da lavoura: significado e evolução», in *Análise Social*, n.º 56, 57 e 58, 1978-4.º, 1979-1.º e 1979-2.º, e «A acção das federações de grêmios da lavoura, n.º 64, 1980-4.º; uma perspectiva sobre aspectos da história pós-Abril encontra-se em Fernando Oliveira Baptista, *Portugal 1975—Os Campos*, Porto, Afrontamento, 1978.

<sup>47</sup> As probabilidades acrescidas de influência política camponesa em tempos de crise nacional são sublinhadas por Teodor Shanin, *The Awkward Class*, cit., p. 214. Também Paul Bois associa a tomada de consciência camponesa às conjunturas de crise aguda, embora acentue a possibilidade de essa nova consciência se prolongar em cristalizações ideológicas de longa duração: Paul Bois, *Paysans de l'Ouest*, Paris, Flammarion, 1971, pp. 355 e segs.



à eleição de representantes partidários à Assembleia da República, quer as que mandatam elementos responsáveis pelos órgãos de poder local.

A primeira verificação que o quadro n.º 1 impõe é a do conservadorismo do espaço em que a actividade agrícola continua a ocupar lugar privilegiado — o concelho de Penafiel —, em contraste com as opções de voto verificadas, quer ao nível do conjunto do distrito do Porto, quer ao do concelho do Porto, onde as marcas de ruralidade são ainda menos acentuadas. Confirma-se pois, em termos do resultado dos processos eleitorais, uma tendência registada em diversos países e diversos períodos históricos e que também para o Portugal pós-Abril diferencia globalmente as

### Eleições para a Assembleia da República em 1975 (Constituinte), 1976, 1979 (intercalares) e 1980

[QUADRO N.º 1]

	Anos	Inscritos	Abstenções (percentagem)	Nulos e brancos (percentagem)	A(a) (percentagem)	B(a) (percentagem)	A - B (percentagem)
Total no País	1975	6 177 698	8,3	6,9	34,6	58,5	-23,9
	1976	6 481 352	16,7	4,8	40,4	53,0	-12,6
	1979	6 757 152	12,5	2,8	45,0	49,3	- 4,3
	1980	6 925 243	14,6	2,4	47,1	46,8	+ 0,3
Distrito do Porto	1975	890 622	6,2	5,3	38,9	55,9	-17,0
	1976	938 470	11,8	4,3	43,1	51,7	- 8,6
	1979	1 005 513	9,4	2,0	44,4	51,7	- 7,3
	1980	1 034 821	10,9	1,8	46,6	49,3	- 2,7
Concelho do Porto	1975	228 581	7,4	3,2	37,1	59,7	-22,6
	1976	239 395	11,8	2,5	42,8	54,0	-11,2
	1979	245 003	9,1	1,4	46,8	50,6	- 3,8
	1980	249 760	10,2	1,3	47,8	49,3	- 1,5
Concelho de Penafiel	1975	31 949	5,0	7,3	56,8	35,9	+20,7
	1976	33 345	11,0	6,3	56,8	34,8	+22,0
	1979	36 009	7,8	2,5	50,8	42,8	+ 8,0
	1980	37 268	10,3	2,9	53,0	40,9	+12,1
Freguesia de Fonte Arcada (Penafiel)	1975	784	5,6	13,1	40,8	46,2	- 5,4
	1976	833	16,7	6,9	45,1	46,9	- 1,8
	1979	891	9,8	5,8	30,6	57,5	-26,9
	1980	917	12,0	5,3	32,7	56,6	-23,9

(a) A — PPD/PSD + CDS + PPM (1975 e 1976); AD + PPD/PSD + CDS + PPM (1979); AD + PSD + CDS (1980). B — PS + PCP + MDP + UDP + PUP + FEC + FSP + MES + LCI (1975); PS + PCP + UDP + FSP + MES + LCI (1976); PS + APU + UDP + UEDS (1979); FRS + APU + UDP + POUS (1980).

Fontes: MAI-INE, *Eleições para a Assembleia da República — 1976*, Lisboa, IN-CM, 1976; MAI-INE, *Eleição Intercalar para a Assembleia da República — 1979*, Lisboa, IN-CM, 1980; MAI-INE, 1980 — *Eleição da Assembleia da República*, Lisboa, STAP, 1981.

regiões rurais de incidência camponesa das zonas urbanas e industrializadas<sup>48</sup>.

A evolução ao longo do tempo, por seu turno, revela os caminhos inversos percorridos pelos diferentes espaços, a partir de 1975. Enquanto o distrito e o concelho do Porto viam progressiva e aceleradamente progredir as opções à direita, em Penafiel, após a estabilização global de voto entre a Constituinte e as eleições de 1976 (embora encobrendo importantes variações divergentes em muitas freguesias), o avanço da esquerda em 1979 é, pelo contrário, muito significativo. Adiante se tentarão fornecer alguns princípios de explicação que podem contribuir para dar conta dessas evoluções. Importa desde já notar, em todo o caso, como o espaço rural permaneceu menos afectado pelos avatares do processo revolucionário.

Não surpreende que a sensibilização às incidências desse processo tenha sido claramente superior nas zonas urbanas. Aí se desenrolam, por um lado, quase todos os acontecimentos mais espectaculares, desde os episódios de enfrentamento e de conflito até às sequelas práticas geradas nas sucessivas conjunturas. Aí se encontravam igualmente, por outro lado, os mais importantes protagonistas dos movimentos sociais, bem como todo o conjunto daqueles que, embora não participando activamente da luta política, não podiam deixar de ser confrontados com a sua directa e quotidiana observação. As fracturas, os desencantos, as impotências que a fase aguda dos anos 74 e 75 não deixaram de produzir, inclusivamente pela verificada incapacidade de instaurar um processo de transformação estrutural profunda, foram finalmente ainda aí que mais rápida e generalizadamente imprimiram as suas marcas.

Em contrapartida, durante o mesmo período, os prolongamentos do aparelho de Estado para o exterior dos perímetros urbanos iam revelando a sua fragilidade, tornando tanto menores os efeitos práticos das sucessivas medidas políticas definidas ao nível central, quanto mais distantes, social e fisicamente, ficavam do centro os seus pontos de aplicação. Mas, numa forma geral e para além disso, também os ecos dos acontecimentos chegavam ao espaço rural de modo diferido, mediatizado e amortecido<sup>49</sup>. O carácter estranho que tendem a revestir para os camponeses os episódios e as implicações da grande política contribuiu certamente para que fosse menor a sobreposição das bruscas transformações às inércias do tecido social. Em sede rural, a expressão do voto corresponderá, assim, menos a directas e imediatas respostas aos acontecimentos da esfera política, do que ao acompanhamento do ritmo evolutivo próprio desse tecido social.

Voltando ao quadro n.º 1, uma outra verificação diz respeito à superior incidência percentual de votos nulos e brancos nas zonas rurais. Na ausência

---

<sup>48</sup> Para os resultados de 1975 ver Jorge Gaspar e Nuno Vitorino, *As Eleições de 25 de Abril — Geografia e Imagem dos Partidos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976, pp. 82 e segs. e 96 e segs. Ver, igualmente, Manuel Cruchinho, «Antecedentes das eleições para a Constituinte», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.ºs 19-20, 1975, pp. 31 e segs.; Augusto da Silva, «Eleições 75 — fenómeno sócio-cultural», *ibid.*, pp. 59 e segs.; António da Silva, «Eleições 75 — fenómeno político», *ibid.*, pp. 135 e segs.; Alberto de Alarcão, «Comportamento político dos cidadãos em regiões de pequena agricultura predominante», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7/8, Dezembro de 1981, pp. 329 e segs.

<sup>49</sup> Sabe-se, de resto, que as classes camponesas não tendem a incluir-se entre as primeiras consumidoras das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação: cf. Jürgen Habermas, *L'Espace Public*, Paris, Payot, 1978, pp. 167 e segs.

de razões para supor que haja volumes significativos desse tipo de voto atribuíveis a estratégias políticas de protesto ou de abstenção activa, resta interpretar a desigual distribuição em termos de idêntica assimetria nas capacidades de domínio prático das regras presidindo ao acto eleitoral. Domínio prático, de resto, cuja progressiva aprendizagem terá vindo a permitir a redução de tais votos em todos os espaços considerados.

A questão das abstenções é mais complexa. Nada existe de inesperado na quebra percentual de votos entre a designação da Assembleia Constituinte e as eleições do ano seguinte. A tensão hiperpolitizada do período revolucionário não podia deixar de traduzir-se também ao nível do voto, não só porque muitos dos menos informados terão julgado obrigatória a participação no sufrágio, como porque em 1975 surgia, para a grande maioria dos Portugueses, a primeira consulta eleitoral credível e livre. Tudo concorria, portanto, para que nesse ano se atingisse o ponto mínimo e residual do abstencionismo.

No que se refere à distribuição percentual das abstenções pelos diferentes espaços, já não seria absurdo supor, no entanto, que se registassem maiores pesos relativos nas zonas rurais<sup>50</sup>. É frequente, na verdade, verificar-se aí, em alternativa ao voto conservador, o desinteresse por todos os tipos de participação, incluindo a eleitoral: assim se manifesta a interiorização camponesa da incapacidade para lidar com os problemas que a «grande política» põe, bem como para lhes entender a linguagem e a relevância. Ora o que realmente sucedeu foi que, nos casos específicos de Penafiel e Fonte Arcada, não só se mantiveram, nas duas primeiras eleições, valores de abstenção próximos dos dos vizinhos espaços urbanos, como se registaram, em 1979, os mais acentuados decréscimos nesses valores.

Sem pretender entrar na análise comparada de tais comportamentos, que exigiria, aliás, o controlo de um conjunto de variáveis exterior ao âmbito do que nos interessa, é possível, em todo o caso, avançar duas observações. Por um lado, e após a excepcional participação que, em 1975, não distinguiu significativamente os espaços geográficos e sociais em análise, pode admitir-se que razões em parte diversas tivessem conduzido, no ano seguinte, às quebras paralelas entre esses espaços registadas: enquanto na cidade elas se ligariam mais aos precoces efeitos do desencanto e do desgaste pós-revolucionários, nas regiões de prevalência agrícola tratar-se-ia, fundamentalmente, de retomar níveis «normais» de abstenção camponesa, uma vez estruturados os circuitos hierarquizadores da linguagem, do saber e do profissionalismo políticos. A ser assim, seria contudo necessário explicar, por outro lado, o espectacular retorno da participação, em Penafiel e em Fonte Arcada, nas eleições intercalares de 1979. Uma hipótese de resposta residirá no grande esforço de mobilização a favor do voto que a Igreja então fez. Dada a diversidade da sua implantação e influência, os efeitos mobilizadores teriam sido diversos, eles também, com genérica vantagem precisamente em meio rural, e em particular junto daquelas fracções — em que avultarão as famílias de campesinato «puro» — simultaneamente mais propensas à auto-exclusão política e mais receptivas a tal influência.

---

<sup>50</sup> Jorge Gaspar e Nuno Vitorino (*As Eleições de 25 de Abril — Geografia e Imagem dos Partidos*, cit., pp. 82 e segs.) verificam uma correlação positiva, em 1975 e ao nível distrital, entre a abstenção e a percentagem de activos com profissão no sector primário.

O sentido de voto e as suas tendências evolutivas, tal como resultam de eleições para órgãos de poder de nível nacional, têm, em todo o caso, de ser confrontados com o que está em jogo na designação dos elementos responsáveis pelas autarquias locais.

O exame comparado dos resultados referentes às duas eleições para assembleias de freguesia com as das consultas de nível nacional temporalmente coincidentes vem revelar uma certa identidade entre eles, em termos quer dos pontos de partida, quer das tendências evolutivas registadas.

### Eleições para as assembleias de freguesia em 1976 e 1979

[QUADRO N.º 2]

	Anos	Inscritos	Abstenções (per- centagem)	Nulos e brancos (per- centagem)	A(a) (per- centagem)	B(a) (per- centagem)	A - B (per- centagem)
Total nacional	1976	6 289 042	35,4	3,0	39,8	51,2	-11,4
	1979	6 761 752	26,8	2,8	46,7	49,1	- 2,4
Distrito do Porto	1976	927 929	29,0	3,4	45,5	46,4	- 0,9
	1979	1 005 471	22,4	2,0	46,3	49,9	- 3,6
Concelho do Porto	1976	237 775	26,6	1,9	44,4	47,2	- 2,8
	1979	245 110	20,8	1,2	48,9	49,6	- 0,7
Concelho de Penafiel	1976	33 209	28,8	5,4	57,0	33,1	+23,9
	1979	35 998	19,6	2,0	51,4	44,6	+ 6,8

(a) A — PPD/PSD + CDS (1976); AD + PPD/PSD + CDS (1979). B — PS + FEPU + GDUPS (1976); PS + APU + UDP + UEDES (1979).

Fontes: MAI, *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais — 1976*, Lisboa, IN-CM, 1977; MAI, *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais — 1979*, Lisboa, IN-CM, 1981.

É assim que a global clivagem dos espaços em função das distribuições partidárias de direita e de esquerda se recorta aqui de forma coincidente, bem como genericamente se confirma a evolução niveladora entre as zonas de dominância urbana e a de características rurais. Nesta última, por seu turno, os votos brancos e nulos têm também maior importância, e do mesmo modo se regista, para todos os espaços considerados, uma quebra entre as duas eleições. Quanto ao abstencionismo, finalmente, embora ele se tenha significativa e globalmente reduzido de 1976 para 1979, os respectivos valores percentuais mantêm-se ainda consistentemente acima dos das consultas para a Assembleia da República.

A origem central de toda a legislação reguladora dos sufrágios, ou as coincidências, no sentido do voto, entre consultas de diferentes níveis, poderiam levar a crer que uma mesma lógica preside à «grande» política e à «pequena» política de âmbito local, bem como à visão que duma e doutra os camponeses têm. Tomar como manifestações duma lógica unitária elementos mais ou menos importantes de sobreposição, de interferência, ou mesmo de unificação dos processos a ambos os níveis, conduz, contudo,

à impossibilidade de estabelecer distinções relevantes e de colocar o problema crucial do sentido em que se jogam as influências entre os dois níveis. Não parece legítimo, portanto, ignorar a necessidade de «substantivar» a análise política local<sup>51</sup>.

A primeira e provavelmente mais visível distinção refere-se às assimetrias estruturais entre os poderes que se exercem a partir de centros nacionais ou internacionais e os que radicam em cada espaço social específico. Independentemente da diversidade histórica de situações — e conhece-se a tendência centralizadora prevalectente em Portugal —, sempre essa distinção é pertinente para dar conta de como, em cada país, se constituem, se transformam e reciprocamente se delimitam os campos de aplicação de tais poderes.

Uma pluralidade de organizações de âmbito vasto, que, para além dos aparelhos de Estado propriamente ditos, inclui instituições como a Igreja, os partidos, os sindicatos e outras formas associativas, constitui os espaços locais em outros tantos pontos de aplicação das suas estratégias. Sem prejuízo de eventuais contradições entre os vários segmentos dessas organizações e dos graus de rigidez ou de adaptação de que dêem provas, elas funcionam como elementos mediadores entre as colectividades e o seu exterior, produzindo de algum modo, ao vehicular a penetração de lógicas mais gerais, efeitos de integração niveladora.

No que respeita aos partidos nacionais, são também muito diversas as capacidades directas de intervenção local, com situações que vão da sua quase completa substituição por outras formas organizativas, como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos da América, até à presença eficaz e permanente que se verifica na Grã-Bretanha<sup>52</sup>. Mesmo em casos deste último tipo, porém, não ficam de modo algum dissolvidas as especificidades, tal como se exprimem nos problemas e objectivos que localmente se colocam, nos conflitos e soluções que aí se geram, nem se apaga, portanto, o carácter distinto e próprio dos processos de formação de opções, incluindo as de voto, que aí se cristalizam<sup>53</sup>.

Se o que está politicamente em jogo ao nível local é irredutível às questões da grande política, nas colectividades de predominância agrícola não deixa também de haver consciência de que de dois mundos diferentes se trata, exigindo e permitindo modos diversos de intervenção. As referências de que os camponeses dispõem para avaliar os mecanismos de poder exteriores às fronteiras da sua visibilidade directa são, como já se tinha referido, geralmente limitadas. A grande política tende, na verdade, a aparecer como algo abstracto e distante, cujos efeitos na vida quotidiana, muito embora sensíveis, passam por um conjunto de obscuras mediações. Corresponder às periódicas solicitações do sistema eleitoral exige então, as mais das vezes, delegação de confiança em quem disponha de capacidade para

---

<sup>51</sup> Com efeito, e como se tinha deixado sugerido, o estudo das relações políticas ao nível local parece exigir o recurso a instrumentos analíticos que complementem os habitualmente utilizados para dar conta da «grande política» de âmbito nacional.

<sup>52</sup> Uma análise do sistema partidário dos dois países e da maior ou menor latitude de intervenção de grupos de pressão locais encontra-se, por exemplo, em Stanislaw Ehrlich, *Le pouvoir et les groupes de pression*, Paris, Mouton, 1971, pp. 39 e segs.

<sup>53</sup> Sobre o peso de factores locais e extralocais nas decisões de voto veja-se, por exemplo, Richard Muir, *Modern Political Geography*, Londres e Basingstone, The Macmillan Press, 2.ª ed., 1981, pp. 203 e segs.

converter a complexidade dos problemas em dicotomias ideológicas simples e prontas a usar.

Também ao nível do poder local, os camponeses tendem a fazer funcionar as suas «lealdades primordiais»<sup>54</sup>, a utilizá-las como ponto de partida prolongável ao campo político. As suas formas de referência a esse campo oferecem certos paralelismos, de resto, com as que lhes governam as relações ao sagrado: num e noutro caso, a abstracção do discurso tem de ser traduzida em relações personalizadas, em avaliações factuais, em acções relevantes para a gestão do quotidiano. Uma tal tradução é porém bem mais imediata, podendo mesmo eventualmente prescindir de tradutores profissionais. O poder corporiza-se agora nas visíveis hierarquias locais, os seus usos podem ser atribuídos por inteiro, ética e factualmente, às boas qualidades ou à perfídia de protagonistas conhecidos. A opacidade dos mecanismos globais substitui-se o carácter directo das conexões entre objectivos e resultados, entre o que se propõe, o que se decide e o que acontece. Uma vez que é o contexto imediato da sua vida e do seu trabalho que sentem afectado pelo processo político local, as fracções camponesas julgarão simultaneamente mais competente e menos inútil a sua presença activa e será em boa parte daquilo que observam que retirarão lições sobre como usar, no futuro, o seu voto.

À primeira vista, as eleições para a Assembleia de Freguesia em Fonte Arcada parecem parcialmente contradizer estas últimas afirmações.

A comparação das taxas de abstencionismo com as verificadas nas eleições gerais para os mesmos períodos (quadro n.º 1) vem revelar, de facto, um significativo desnível, susceptível de indiciar relativo desinteresse pela participação nas eleições autárquicas. Há, porém, explicações possíveis parcialmente alternativas: o prévio conhecimento aproximado na distribuição dos votos pode, com efeito, convencer parcelas dos virtuais vencedores e dos virtuais vencidos da inutilidade duma participação cujos resultados, em qualquer caso, se confinam aos limites da freguesia. A ideologização mais intensa das campanhas para a designação da Assembleia da República é susceptível, em todo o caso, de contribuir para uma significativa mobilização, desde que as polarizações políticas sejam eficazmente retraduzidas na linguagem dos diferentes receptores.

Seja como for, dos elementos fornecidos pelo quadro n.º 3, dois merecem particular realce: por um lado, a vantagem da esquerda, num contexto regional em que ela surge globalmente desfavorecida; por outro e sobretudo, a sua espectacular progressão ao longo dos três anos do primeiro mandato local. Valerá também a pena confrontar tais resultados com os obtidos nas eleições gerais, onde a direita, depois de vencer por escassa margem em 1976, viria a sair claramente derrotada em 1979, mas sem a expressão esmagadora que a eleição local correspondente revelou.

Se esta última comparação volta a pôr em destaque a distinção das lógicas que se jogam nas opções de voto a cada um dos níveis, importa não

---

<sup>54</sup> Hamza Alavi, «Peasant Classes and Primordial Loyalties», in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n.º 1, Outubro de 1973, pp. 29 e segs. Para Alavi, essas lealdades — em particular as que se referem ao parentesco — podem ser estruturantes das práticas camponesas e dos respectivos processos de consciencialização; nem por isso as relações de parentesco deveriam ser consideradas como sistema básico ou autónomo de organização social, ao contrário do que propõe uma tradição antropológica a que se ligam autores como Meyer Fortes e Radcliffe-Brown.

## Eleições para a Assembleia de Freguesia de Fonte Arcada em 1976 e 1979

[QUADRO N.º 3]

	1976			1979		
	V. A.	Porcentagem	Número de mandatos	V. A.	Porcentagem	Número de mandatos
Inscritos .....	832	—	—	891	—	—
Abstenções .....	302	36,30	—	186	20,87	—
Branco e nulos ...	35	6,60	—	26	3,70	—
AD .....	—	—	—	118	16,70	1
A PPD/PSD .....	149	28,11	2	—	—	—
CDS .....	82	15,47	1	—	—	—
PS .....	264	49,81	4	532	75,50	8
B FEPU/APU ...	—	—	—	29	4,10	0
A-B (percentagem)	— 6,23			— 62,9		

Fontes: MAI, *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais — 1976*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977; id., *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais — 1979*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

esquecer, no entanto, que tais lógicas reciprocamente se influenciam, tornando-se por isso indispensável captar os vectores essenciais dessas interferências.

Em situações de democracia longamente institucionalizada, aparelhos do tipo partidário ou sindical, ao controlarem localmente redes estruturais de relações envolvendo dirigentes, militantes e eleitores, constituem lugares permanentes de poder e de mobilização, centros definidores e distribuidores de referências ideológicas coerentes, de linhas de acção, de benefícios diversos. Até certo ponto, esses aparelhos têm igualmente a capacidade de investir e consagrar dirigentes locais, conferindo-lhes «capital de função» delegado<sup>55</sup>. Em Portugal, a própria juventude dos partidos contribui para a relativa indefinição dos respectivos contornos e para a relativa insignificância de capital político e ideológico que puderam acumular, assim tornando ténue e fluida a fidelidade dos seus militantes e aderentes. Os dirigentes políticos locais funcionam de algum modo ainda em autogestão, afirmam-se por valorização de recursos familiares e próprios. Será maior, dum modo geral, o benefício que os partidos retiram da força mobilizadora de que tais dirigentes dispõem a título pessoal do que a estes provém através de delegação partidária.

<sup>55</sup> Pierre Bourdieu, «La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 36/37, Fevereiro/Março de 1981, pp. 18 e segs. Cf., igualmente, Denis Lacorne, *Les notables rouges*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980, pp. 67 e segs.

Isso mesmo acontece em Fonte Arcada. Aqui, a actividade propriamente partidária apaga-se nos intervalos dos períodos eleitorais. Muito mais do que a militância de partido, é a militância de gestão dos responsáveis autarcas que é continuamente submetida à observação crítica dos vizinhos. Nem a capacidade estritamente política, nem a directa conotação ideológico-partidária, exercem efeitos semelhantes, no aferimento de voto para as eleições locais, à das avaliações sobre a eficácia ou ineficácia dessa gestão.

É certo que vem de longe o reconhecimento da relevância da grande política na vida social da freguesia. Disso mesmo constitui sintoma a memória de antigas experiências, entre as quais a da mobilização para a guerra de 1914, bem como de episódios decorrentes da instauração da Monarquia do Norte, ou a prisão de um pároco e subsequente reacção popular, nos tempos da primeira República. A dependência em relação aos centros exteriores de poder é uma realidade que os habitantes de Fonte Arcada cada vez menos podem ignorar, já que diariamente verificam quer a insuficiência dos meios locais para a solução da maior parte dos problemas, quer a activa e multifacetada presença do Estado, através dos impostos, das polícias, dos tribunais, das mais diversas intervenções económicas, administrativas e jurídicas. O 25 de Abril, abrindo espaços de liberdade e de informação, veio, por seu turno, permitir novas experiências e fornecer contraditórias referências ideológicas para a avaliação da grande política. E a sua assimilação local não deixa de cristalizar lealdades partidárias e caminhos de opção, cuja relativa inércia se vai manifestando ao nível das distribuições de voto nas eleições gerais.

Mas o sentido fundamental das influências entre as duas lógicas — a da grande e a da pequena política — vai, sem dúvida, das lealdades pessoais para as lealdades ideológico-partidárias, das avaliações sobre os usos do poder na freguesia para as dos campos exteriores de poder. A crítica de visíveis e menos mediados processos conduz à corporização, nos homens que os protagonizam, da seriedade e da competência, ou do seu contrário. Por mais discreto que seja o respectivo perfil partidário, a bondade dos seus objectivos e da sua acção não pode deixar, em algum grau, de se ir associando à bondade nacional das soluções propostas pelos partidos que representam. Do mesmo passo se vai consolidando uma progressiva aprendizagem do discurso político, cujas categorias nem sempre estão isentas de contradições, de resto, com as resultantes da mais ideologizada e brusca socialização produzida nos anos após Abril. Em Fonte Arcada, uma das resultantes de todo este processo é precisamente identificável no encaminhamento do voto para a esquerda, o qual, basicamente originado nas eleições autárquicas, vai alastrando às de âmbito nacional.

Claro que uma tal evolução na esfera política radica igualmente, por seu turno, nos novos interesses e condições sociais prevaletentes na freguesia, na recomposição da estrutura de classe local.

### 3. NOVOS OCUPANTES DE LUGARES DE PODER E RECOMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA DE CLASSES

Uma das razões por que a actividade política pode ser considerada como o resumo dum conjunto de práticas sociais reside em para ela convergirem e nela se exprimirem recursos provenientes doutros campos. Capaci-



dades diversas em capital social, económico, cultural, escolar são mobilizáveis, com efeito, na esfera do poder político. Por isso se torna necessário ter em conta lugares sociais que, muito embora não sejam directa e estritamente identificáveis como lugares desse poder, fornecem condições e meios para o seu exercício. Em todos os casos importa analisar que tipo de recursos em tais lugares se exprimem e que diferenças entre si exibem. Interessa restituir as contradições e conflitos que aí se jogam, os alinhamentos e solidariedades que geram, os interesses que se prosseguem. É indispensável, por último, verificar quem ocupa os diversos lugares de poder, que classes, fracções e grupos neles se encontram representados, qual a capacidade que têm para produzir ou influenciar os processos resultantes.

Sem pretensão de identificar sistematicamente tais lugares, pode dizer-se que, em Fonte Arcada e ao nível das dimensões económicas de funcionamento social, recursos diferentes — a propriedade da terra; o arrendamento; crescentes alternativas profissionais, nomeadamente aquelas que se ligam à valorização do capital escolar e à busca de emprego assalariado no Porto — geram diferentes poderes ou ausências de poder social. Eles prolongam-se em formas organizativas que cristalizam esse poder, como é o caso, por exemplo, da cooperativa que sucedeu ao ex-Grémio da Lavoura, ou em estruturas de solidarização ligadas ao trabalho, como as redes locais de entreajuda e as associações profissionais.

Em termos de poder simbólico, por seu turno, as actividades festivas constituem, elas próprias, expressão de conflitos e solidariedades, através das quais se revelam e se geram processos profundamente enraizados na estrutura da freguesia. Também aqui surgem organizações cuja ocupação põe em jogo exclusões e rivalidades. O mesmo se pode dizer do funcionamento da Igreja. Estão nele em causa, evidentemente, questões que dizem respeito às formas institucionais da hierarquia religiosa, como aos conteúdos e à difusão da doutrina, a qual, tendendo a produzir globalmente a legitimação da ordem, da hierarquia e da autoridade, serve de referência às relações que os camponeses estabelecem não só com o sagrado, mas também com a vida quotidiana. O monopólio dessa doutrina pode ser, ele próprio, objecto de conflito, até porque são múltiplas, no plano simbólico e no plano material, as suas implicações na vida prática dos vizinhos. Organismos como a Liga Eucarística e a Juventude Católica, hoje desactivados na freguesia, ou a Comissão Fabriqueira, ainda em funcionamento, constituem, por outro lado, modos de intervenção susceptíveis de ir bem mais longe do que a estrita difusão da doutrina e da fé. Outras relações estruturadas geradoras de específicas lealdades e estratégias, como as relações familiares, as de parentesco, as de vizinhança, traduzem-se, também elas, em múltiplas organizações formalizadas e informais que vão dos clubes recreativos, culturais e desportivos aos modos ritualizados de encontro e convívio. Ainda aqui se podem constituir centros de socialização, formar hierarquias, designar dirigentes.

Todos estes lugares sociais são susceptíveis de produzir efeitos na esfera política, de fornecer recursos que as forças em presença não deixam de utilizar nas suas práticas a esse nível. O conhecimento das características próprias dos lugares formais do poder, como os partidos ou os órgãos autárquicos, por um lado, e, por outro, o dos mecanismos da respectiva constituição e funcionamento, exige assim ter-se em conta o sistema de operadores que constantemente converte em poder propriamente político

as diversas formas de capital que nesses outros lugares privilegiadamente se situam.

Interessa-nos agora, sobretudo, abordar o ângulo dos protagonistas do processo político local, o dos dirigentes que nele visivelmente intervêm e o das forças que os designam e lhes permitem e apoiam a acção.

Em Fonte Arcada, como noutras colectividades rurais, as necessidades de gestão dos recursos disponíveis e da sua maximização dava origem a dois movimentos que, embora parcialmente contraditórios, coexistiam prolongadamente na prática social das fracções camponesas. A exiguidade do mercado fundiário e a diminuta oferta de arrendamento, num contexto de forte pressão sobre a terra, transformavam os que procuravam viabilizar explorações agrícolas em competidores face a cada um desses mercados, impunham-lhes estratégias de superação dos adversários que igualmente se batiam pelo controlo das mesmas e escassas condições de produção. Competição pela compra de terras, competição pelo acesso ou conservação de arrendamentos prolongavam-se a outros níveis da vida social, indo das estratégias matrimoniais — a busca do «bom partido» que arredondasse as propriedades — à procura de relações privilegiadas com os mais poderosos detentores de recursos locais. Por outro lado, no entanto, as mesmas dificuldades que as condições externas e interiores à colectividade iam pondo à reprodução das fracções camponesas não deixavam de igualmente activar mecanismos colectivos de apoio recíproco, com antigas raízes. Formas de entreatajuda e de trocas múltiplas, recurso mais ou menos sistemático a parentes, amigos e vizinhos, iam assim também funcionando nas estratégias defensivas dos camponeses, na tentativa de suprir carências de força de trabalho, de alfaias, de dinheiro, de saberes específicos da agricultura.

A partir destes dois mecanismos básicos de organização colectiva se desenhavam, na freguesia, solidariedades e clivagens afectando as fracções camponesas e as relações que elas estabeleciam com as outras classes e fracções. Os reforços da solidariedade implicados na partilha de interesses e nas múltiplas relações de troca, muito embora não isentos de selectividade e de exclusões, apontavam para a estruturação de alianças horizontais e, por isso, para uma mais coerente prática classista, ainda que não necessariamente com directos reflexos na esfera política<sup>56</sup>. As tendências de fractura no interior das fracções camponesas, inscritas, por seu turno, nos processos de competição, produziam mais acentuados efeitos de inibição política, ao multiplicarem as redes de dependência vertical e interclassista<sup>57</sup>.

As duas modalidades de organização coexistiam, dissemo-lo, e, sob formas transformadas, ainda coexistem na freguesia. O seu peso relativo naturalmente depende das sucessivas conjunturas.

No contexto anterior ao início dos anos 60, antes, portanto, de se ter generalizado o recurso à pendularidade, a concentração dos recursos fundiários, conjugada com a insuficiente abertura de alternativas profissionais, constituía terreno favorável à cristalização de redes de dependência vertical.

---

<sup>56</sup> Uma tipologia das coligações camponesas, «horizontais» e «verticais» e dos seus efeitos no plano político encontra-se em Eric R. Wolf, *Peasants*, Nova Jérícia, Prentice-Hall, 1966, pp. 81 e segs.

<sup>57</sup> Sobre os efeitos políticos do «clientelismo» ver Nicos Mouzelis, *Class and Clientelistic Politics: The Case of Greece*, comunicação apresentada na Universidade de Londres, no âmbito de um seminário sobre camponeses, em Dezembro de 1978 (policopiado).

Camponeses, parceiros, rendeiros ou proprietários de pequenas terras viam-se então obrigados a mendigar contratos, perdões, adiantamentos, empréstimos e outros «favores». A existência duma numerosa força de trabalho assalariável, oferecendo aos maiores proprietários a possibilidade de gestão directa das explorações, a situação política e jurídica, autorizando arbitrários despedimentos dos rendeiros, tudo reforçava a constante ameaça que impedia sobre o conjunto das fracções subordinadas ligadas à agricultura. E não falta, em Fonte Arcada, quem relate prepotências então exercidas e conserve a memória das dificuldades e da impossibilidade de eficazmente lhes responder.

A formação de clientelas, a cristalização de redes de «protecção», influência e submissão, características do patrocínio<sup>58</sup>, terão atingido, por essa altura, o ponto mais alto da sua incidência local.

Não eram só as dificuldades de acesso à terra que determinavam tais dependências. O campesinato carecia ainda de ajuda para lidar com alguns problemas do seu quotidiano, como os que lhes punham os mil e um meandros da burocracia. Mas sobretudo em três ocasiões do ciclo familiar se tornavam indispensáveis conhecimentos e «cunhas» junto dos elementos mais influentes e bem relacionados das classes superiores. O primeiro, quando os filhos andavam na escola, destinava-se a obter, com a brevidade possível, a sua devolução aos trabalhos da terra, quer evitando atrasos de percurso, quer conseguindo o abandono prematuro duma frequência cujo prejuízo era considerável e de que se via mal a utilidade. Mais tarde, quando a valorização dum mínimo de capital escolar se tornou evidente, não foram poucas as famílias que se empenharam na tentativa de ajudar os filhos, já adultos, a obter o diploma da 4.<sup>a</sup> classe. Um segundo momento, obedecendo à mesma lógica de evitar a redução da força de trabalho disponível, somada ao medo de perigos e emancipações, levava os pais aos esforços necessários para livrar os rapazes da tropa. O último momento de intervenção e de recurso a empenhos surgia, finalmente, com a necessidade de assegurar trabalho aos filhos que a exploração familiar era já incapaz de conter, fosse em termos de lhes conseguir parcelas para arrendar, fosse na busca de um primeiro emprego assalariado.

Apesar de todos os laços de dependência que a situação favorecia e a prática confirmava, não parece, porém, que mesmo antes dos anos 60 se tivessem criado duradouras segmentações verticais, estruturadas e extensas redes clientelares unindo grupos de camponeses a elementos determinados das fracções dominantes. A ausência de notícia sobre significativos confrontos de facções — entendidas como grupos organizados por chefes locais através de recrutamento vertical e oferecendo entre si, por isso, idênticos perfis de composição social<sup>59</sup> — contribui para mostrar a diminuta relevância, na actividade política da freguesia, de um tal tipo de alinhamentos e de clivagens. Mesmo então, portanto, prevalecia a compartimentação horizontal das

---

<sup>58</sup> Cf. J. Davis, *People of the Mediterranean*, Londres, Henley e Boston, Routledge & Kegan Paul, 1977, pp. 132 e segs. Deve notar-se que patrocínio e clientelismo de modo algum se restringem às regiões rurais: cf. Y. Michal Bodemann, «Class Rule as Patronage: Kinship, Local Ruling Cliques and the State in Rural Sardinia», in *The Journal of Peasant Studies*, vol. 9, n.º 2, Janeiro de 1982, p. 148.

<sup>59</sup> Sobre o conceito de facção veja-se Ralph W. Nicholas, «Factions — A Comparative Analysis», in M. Banton (org.), *Political Systems and the Distribution of Power*, Londres, Tavistock, 1965, pp. 27 e segs., e Hamza Alavi, «Peasant Classes and Primitordial Loyalties», *loc. cit.*, pp. 43 e segs.

classes, exercendo-se os mecanismos de dominação sem obrigatoriamente passar por relações interpessoais e sem operar significativos efeitos de interclassismo; os condicionamentos do contexto social mais global não deixavam, de qualquer modo, de conduzir à virtual neutralização político-ideológica do campesinato.

Se as ligações verticais e assimétricas do patrocínio eram, portanto, relativamente pontuais e fluidas, muito menos na freguesia se encontravam os seus elementos mais agudos, típicos do caciquismo<sup>60</sup>, em que dependências exclusivas e sem alternativas determinam o monopólio fechado de tais ligações.

O poder repousava fundamentalmente nas mãos dos proprietários maiores, a quem a riqueza fundiária desde logo conferia meios essenciais de controlo social, e nas dos representantes locais da Igreja — os párcos —, cujo capital cultural, por um lado, e o capital simbólico delegado, por outro, igualmente permitiam um importante ascendente na estrutura local. Uns e outros desempenhavam funções de mediação a diversos níveis — culturais e ideológicos, políticos, económicos — entre a colectividade e o exterior<sup>61</sup>.

Os proprietários ricos, porém, iam tendendo a distanciar-se progressivamente da vida aldeã. A própria presença física de algumas famílias ficou total ou parcialmente comprometida, em regra na sequência do desmembramento provocado pela partida para estudos e posterior fixação citadina dos respectivos filhos. Os que ficavam, por seu turno, foram-se dispensando dos actos de aproximação e familiaridade com os camponeses, cada vez mais se desinteressavam de participar nos acontecimentos importantes da vida local, como as actividades festivas. Se assim perdiam uma das características normalmente associadas ao «notável» local — a sua continuada presença<sup>62</sup> —, a verdade é que ela não se tornava indispensável para conservarem posições de poder. O próprio conformismo camponês, imposto pela interiorização da impotência que tudo, incluindo a ameaça permanente de repressão policial, contribuía para reforçar, era de molde a dissipar eventuais receios. Não havia, nessas condições, qualquer necessidade de constituição e apadrinhamento de verdadeiras clientelas eleitorais ou económicas. E que, mais do que a factores estritamente locais, era ao contexto político global que se devia essa ausência de clientelas duradouras, mostra-o o facto de situação semelhante se verificar em regiões rurais muito distintas, como a Estremadura<sup>63</sup> ou o Alentejo<sup>64</sup>. Uma carente e preguiçosa gestão

---

<sup>60</sup> Observáveis, por exemplo, na vizinha Galiza: cf. J. A. Durán, *História de Caciques, Bandos e Ideologias en la Galicia no Urbana*, Madrid, Siglo XXI, 1976.

<sup>61</sup> Sobre o poder conferido pelas funções de mediação veja-se William A. Christian, Jr., *Person and God in a Spanish Valley*, Nova Iorque e Londres, Seminar Press, 1972, p. 165. Em Fonte Arcada, a fractura entre proprietários ricos e camponeses é tanto maior quando aí carece de significado uma agricultura familiar não camponesa: sobre a distinção ver Afonso de Barros, «Modalidades de pequena agricultura», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, Dezembro de 1981, pp. 113 e segs.

<sup>62</sup> Cf. Eugen Weber, *Peasants into Frechmen — the modernization of rural France 1870-1914*, Londres, Chatto & Windus, 1979, p. 165.

<sup>63</sup> Joyce Riegelhaupt, «Peasants and Politics in Salazar's Portugal: The Corporate State and Village Nonpolitics», in Lawrence S. Graham e Harry M. Makler (orgs.), *Contemporary Portugal*, Austin e Londres, University of Texas Press, 1979, pp. 184 e segs.

<sup>64</sup> José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, 1977, pp. 287 e segs.

administrativa ia assegurando, pelo seu lado, o acompanhamento do lento curso das coisas.

Activa e constante, pelo contrário, costumava ser a presença da Igreja nas paróquias nortenhas, e isso mesmo ocorria em Fonte Arcada. Não se limitava essa presença ao exercício das tarefas espirituais de mediação ao sagrado, antes se prolongava, de um modo geral, a todos os assuntos importantes de organização da vida colectiva. O velho sacerdote, que até ao seu recente falecimento completou quase trinta anos à frente da paróquia, intervinha também, com efeito, nas relações entre o Estado e os aldeãos, designadamente em múltiplas questões burocráticas que a estes interessavam. As suas funções mediadoras não deixavam de ser solicitadas, por último, sempre que se tornava necessário discutir e chegar a acordo sobre problemas envolvendo interlocutores de diversos grupos locais.

Os camponeses conhecem e de bom grado relatam numerosos episódios de confrontos, recentes e antigos, de maior ou menor importância, que opuseram o povo e os padres da região. Por vezes, sobretudo quando têm na base desconfianças sobre a honestidade do pároco, os diferendos transformam-se em agudos e insanáveis conflitos. Foi o que aconteceu recentemente numa freguesia vizinha, onde os paroquianos, após queixa sem resultado ao bispo, acabaram por agredir e expulsar o seu sacerdote, acusado de construir casa no Algarve com dinheiro da paróquia.

Sem atingir tais extremos, também em Fonte Arcada era grande o mal-estar entre o velho padre e muitos paroquianos, surgindo frequentes ocasiões e pretextos para os conflitos; os sectores de esquerda e, dum modo geral, as fracções locais subordinadas atribuíam-lhe alinhamentos políticos e ideológicos sistematicamente do lado dos poderosos. Sem pôr em causa a genérica adequação de tal julgamento, seria excessivo, em todo o caso, admitir que fosse completa e sem fissuras a homogeneidade de perspectivas e de acção entre ele e os lavradores mais ricos.

De facto, nem sempre os conflitos graves tinham por principais protagonistas, ou mesmo por figurantes, os sectores populares: a própria fixação em Fonte Arcada do antigo pároco resultara de desinteligências que o opuseram a fracções dominantes de anterior e vizinha paróquia. Durante a sua longa passagem pela freguesia foram diversos os confrontos com esse tipo de interlocutores, o mais importante dos quais terá surgido da decisão de mandar remover altares duma capela local. Orgulhoso e intransigente quanto ao processo de actualização da Igreja em matéria litúrgica, o pároco pretendeu impor a sua vontade, mesmo sabendo que os altares eram pertença das mais importantes famílias, de quem haveria a esperar sérias resistências. A reacção veio, efectivamente, embora com veemência desigual. Além de a decisão acabar por ficar parcialmente paralisada, tendo sido removidos apenas três dos cinco altares existentes, o episódio deixou uma pesada herança de oposições e de zangas.

Se as contradições existentes não impediam o reforço mútuo de posições de poder entre a Igreja e os maiores proprietários, as bases de tais posições começaram a ser minadas, contudo, pelas mudanças que os anos 60 trouxeram à freguesia. São já conhecidos os elementos fundamentais dessa transformação: alternativas exteriores de trabalho assalariado; distenção dos mercados fundiário e de arrendamento; distribuição mais alargada do capital escolar e cultural; nova composição de classes, novas socializações e novas ideologias.

Do lado da Igreja, ao declínio de poder na freguesia não é estranho o desenvolvimento, que o 25 de Abril ajudou a acelerar, de caminhos de mediação alternativos aos que o pároco assegura. A situação agravou-se, por outro lado, com a designação recente do novo sacerdote, o qual, por não residir em Fonte Arcada e ter vindo a reorganizar as formas de prática religiosa e a impor-lhes maior rigor, deixou de corresponder a uma parte considerável da antiga procura popular. Ao tradicional anticlericalismo camponês, denunciador, apesar de tudo, de proximidade à Igreja como instituição<sup>65</sup>, outros sectores acrescentam a indiferença, em geral transportada na bagagem urbana dos jovens assalariados. Essa indiferença, independentemente de poder ser considerada factor causal de comportamentos políticos na freguesia<sup>66</sup>, ou apenas elemento de variação congruente com aqueles comportamentos, tem forçosamente de ser associada ao deslizamento para a esquerda das opções de voto. Por último, mesmo os portadores das novas procuras religiosas de tipo moderno, ao operarem mais fáceis distinções entre a oferta espiritual da Igreja e a sua política, são agora capazes de aceitar a primeira, ao mesmo tempo que rejeitam, por vezes indignadamente, a segunda.

Do lado dos proprietários, as transformações trazidas pelos anos 60 conjugavam-se no sentido de igualmente lhes reduzir o poder, desde logo ao diminuir a importância económica, política e simbólica da própria propriedade da terra. Ao descentrar-se da agricultura o funcionamento básico da vida local, dissolvia-se progressivamente a antiga hierarquização social, corporizava-se a tendência para a «metamorfose» dos notáveis rurais<sup>67</sup>. Uma nova geração de camponeses em pluriactividade e de elementos da pequena burguesia moderna, sem significativos recursos que não fossem o capital escolar e o capital cultural — já distintos, em todo o caso, dos que os camponeses «puros», sempre fixados na aldeia, podiam mobilizar —, ia-se constituindo como futura alternativa. Ao conquistarem essas formas de capital, eles contribuía igualmente para desvalorizar as posições como a dos professores do ensino primário, que deviam outrora à sua posse ainda escassamente partilhada a respectiva importância na estrutura local

---

<sup>65</sup> Haverá algum exagero, em todo o caso, em fazer do anticlericalismo popular um «fenómeno importantíssimo na manutenção da posição local da Igreja», como defende João de Pina Cabral, «O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho», in *Estudos Contemporâneos*, Porto, Secretaria de Estado da Cultura, n.º 2/3, 1981, pp. 103 e segs.

<sup>66</sup> A tentativa de demonstrar, para as regiões rurais francesas e a partir duma análise de regressão, que «a prática religiosa é um factor mais discriminante da determinação de voto do que o factor classe social» encontra-se em Daniel Derivry e Mattei Dogan, «Unité d'analyse et espace de référence en écologie politique», in *Revue Française de Science Politique*, vol. XXI, n.º 3, Junho de 1971, p. 532. A conclusões semelhantes, para o Ohio dos inícios do século passado, chega John L. Hammond, «Revival Religion and Antislavery Politics», in *American Sociological Review*, vol. 39, Abril de 1974, pp. 175 e segs.

<sup>67</sup> Sobre uma tal metamorfose, cujas condições de surgimento e características de base oferecem frequentes semelhanças, apesar de todas as diferenças contextuais, ver Nicole Chambron, «Pouvoir municipal, pouvoir économique et patrimoine. Le cas de Saint-Allouestre (Morbihan)», in *Études Rurales*, n.º 63-64, Julho-Dezembro de 1976, pp. 247 e segs.; Michel Robert, «Capitalisme et métamorphoses du notable», in *Études Rurales*, n.º 65, Janeiro-Março de 1977, pp. 123 e segs.; Gabriel Wackermann, «Évolution de l'exercice du pouvoir dans les villages du secteur frontalier franco-allemand de la Lauter», *ibid.*, pp. 59 e segs.; Irène Delupy, «Pouvoir municipal et notables à Gruissan, village du littoral languedocien», *ibid.*, pp. 71 e segs.

de poder e influência. Esses novos grupos forjavam-se na comum participação em actividades de teatro, em organizações religiosas, em associações recreativas e desportivas, ainda hoje, de resto, campo de recrutamento de dirigentes políticos. Aí desenvolviam capacidades organizativas e hábitos de trabalho conjunto.

Em Fonte Arcada, Abril veio assim inscrever as suas marcas políticas num já acelerado processo de transformação social, que só o regime ditatorial impedia de mais plenamente se exprimir.

A visibilidade das alternativas era tal que, logo em 1974, os responsáveis da antiga Junta tentaram cooptar um novo elemento para integrar a comissão administrativa que ia assegurar a gestão até às eleições. O convite foi recusado, já que não passava pela prova do sufrágio, e a comissão ficou praticamente inactiva até 1976. Mas a selecção que os antigos responsáveis tinham feito do elemento a convidar revelou-se certa, pois ele tem sido justamente membro preponderante das listas maioritárias, quer nas eleições de 1976, quer nas de 1979.

Surgimento de partidos, actos eleitorais, confronto aberto de opiniões e de programas, não foi, apesar de tudo, pequeno o abalo que aqui, como um pouco por toda a parte, subitamente se produziu na vida política.

Poderia à primeira vista parecer que o novo funcionamento dos órgãos autárquicos estaria entre as menos importantes transformações, uma vez que, não obstante serem agora livremente designados, eles transportam do passado dificuldades e entraves a uma acção eficaz<sup>68</sup>, tanto mais visíveis e inaceitáveis no presente, quanto o velho imobilismo deixou de ser possível. A Junta de Freguesia, que entretanto fixou um horário definido de atendimento e conseguiu um pequeno edifício próprio, teve, com efeito, de aumentar enormemente o esforço de trabalho produzido. Não é só a colaboração que presta, a vários níveis, ao poder central, envolvendo a que respeita às actividades ligadas aos sufrágios ou aos censos da população e aos recenseamentos às explorações agrícolas. Não são só os múltiplos actos burocráticos que executa. São igualmente as novas iniciativas que desenvolve na electrificação da aldeia, na abertura e conservação de acessos e caminhos, na construção de tanques e lavadouros, na programação e execução do ensino de adultos. Faltam aos órgãos locais, em todo o caso, os meios financeiros e humanos adequados aos seus objectivos.

Com todas as limitações e tutelas que uma pesada tradição centralizadora impõe à gestão localmente controlada dos recursos, nem por isso a Assembleia e a Junta deixam de constituir lugares onde alguma capacidade de intervenção se exerce. Dois episódios conflituais podem ilustrá-la, ao mesmo tempo que revelam o declínio dos antigos poderosos, ou, pelo menos, o declínio das suas formas tradicionais de acção.

O primeiro opôs à Junta um homem cuja influência remontava ao tempo do fascismo. Tinha ele uma vinha plantada em terreno não cultivável por ser de propriedade pública; intimado a arrancá-la, recusou-se a fazê-lo, ameaçando com os seus conhecimentos pessoais e partidários, dominantes ao nível da Câmara Municipal. Levado o assunto à Câmara e após exame local da situação, esta deliberou no sentido da Junta. A recusa manteve-se

---

<sup>68</sup> Para uma análise da descoincidência entre a nova previsão legal dos poderes formais atribuídos aos órgãos de administração local e a efectividade do seu exercício ver Walter C. Opello, «Administração local e cultura política num concelho rural», in *Análise Social*, vol. xv, n.º 59, 1979-3.º, pp. 656 e segs.

porém, a questão arrastou-se, e houve mesmo uma tentativa de rever, em sentido contrário, a deliberação anterior. Mas a pressão dos autarcas locais, que chegaram a comunicar que, em tal caso, publicariam um edital autorizando todas as infracções do mesmo tipo, acabou por surtir efeito depois de nova fiscalização local. A vinha foi arrancada.

O segundo episódio teve por protagonistas três lavradores proprietários de caminhos que possibilitavam importante encurtamento de trajectos na freguesia e que tradicionalmente se abriam à passagem dos vizinhos. Já depois de 1974, um dos proprietários tomou a iniciativa de vedar o acesso a esses caminhos, fechando as cancelas dos seus extremos e reservando para si e para os amigos as respectivas chaves. Os outros lavradores fizeram o mesmo e o conflito arrastou-se até todos terem sido forçados a reabrir as passagens; apenas permaneceram vedadas a funerais, em reconhecimento simbólico de que continuavam a ser caminhos particulares. Ainda aqui a Junta terminou vencedora de um confronto cuja solução lhe aumentou, naturalmente, a popularidade.

Também em relação ao cemitério, só os poderosos tinham antigamente as chaves e, portanto, a normal possibilidade de acesso. A Junta deliberou alterar a situação. Assumiu, assim, a responsabilidade pelo seu funcionamento e conservação e passou a mantê-lo aberto durante os fins de semana.

Afastados dos lugares formais do poder e deixando praticamente de estar representados nos órgãos autárquicos, minada a sua influência pela diminuição de importância da base económica e pelo progressivo distanciamento físico e simbólico em relação à aldeia, nem por isso os notáveis antigos perderam todos os meios de acção local. Ela continua a exercer-se a partir da Igreja e de organizações que lhe estão ligadas, como a Comissão Fabriqueira, que conserva para o recrutamento dos seus membros o essencial dos critérios de conformismo ideológico e político, os quais, antes de 1974, presidiam igualmente à constituição da Junta. Mesmo dentro do seu limitado campo formal de competência, não deixa de haver conflitos entre a Comissão e os paroquianos, de que é exemplo a manifestação de protesto que estes convocaram quando ela deliberou fazer obras na igreja, optando por soluções opostas às que tinham sido definidas pela população. Também o controlo do ex-Grémio da Lavoura, convertido em cooperativa, escapa totalmente aos camponeses, alguns dos quais criticam abertamente o monopólio no uso das respectivas alfaías agrícolas pelos responsáveis e os seus amigos; grande parte dos inscritos na cooperativa abstêm-se, aliás, de qualquer participação activa no seu funcionamento. Os lavradores mais ricos conservam ainda, por outro lado, certas formas de poder que a mera detenção da terra confere e que vão da possibilidade de seleccionar rendeiros até ao congelamento da propriedade, subtraída quer ao cultivo, quer à construção. Finalmente, resta aos antigos poderosos a presença nos destacamentos locais de organizações partidárias. É certo que estes pouco mais representam do que o instrumento e o resultado dos actos eleitorais. Sem prejuízo do vigor que a AD conservava ao nível concelhio, a sua acentuada quebra na freguesia retirou-lhe capacidade e influência, inclusivamente para manter mobilizadas as clientelas dos partidos que a compunham.

O tipo de campanha que precede as eleições manifesta o contraste entre as lógicas por elas postas em jogo. Politizada e mobilizando todo o arsenal ideológico dos partidos nos sufrágios de nível nacional, a competição para as autárquicas personaliza-se, discute sobretudo problemas de



gestão e a honestidade e competência dos candidatos — que todos os eleitores, aliás, conhecem — para os resolver.

Nenhuma particular agitação tem rodeado estes momentos fortes de actividade política na freguesia. Apenas o facto de se suceder a obtenção de resultados opostos pelas forças políticas rivais, ao passar do nível nacional ao nível autárquico, deu origem a festejos de sinal contrário, com violas, bombos e foguetes. Um esboço de surreada ao pároco, num desses festejos, marcou o desagrado pelo seu empenhamento excessivamente ostensivo a favor da AD, pois solicitara na missa, na fase pré-eleitoral de 1979, que não se votasse nem no Partido Comunista, nem no Partido Socialista.

Dum modo geral, são muito ténues as actividades de propaganda, particularmente nas eleições autárquicas. Em 1979, por exemplo, apenas se realizou uma sessão de esclarecimento do PS e duas da AD. Destas últimas, com muito baixa participação, dizia um adversário político que apenas se tinham realizado «para mostrar presença, a pedido dos senhores de Penafiel». Para a ausência quase total de liturgias políticas e de ritos de reforço contribui, sem dúvida, a posição sistematicamente defendida pelos próprios responsáveis actuais dos órgãos autárquicos. Na perspectiva deles, com efeito, a partidarização eleitoral deveria verificar-se apenas a partir do nível concelhio, de modo a ser possível, em termos de freguesia, escolher os homens mais competentes, uma vez que «interessam mais as pessoas do que as ideologias». E essa preocupação de manter um baixo perfil ideológico e partidário exprimem-na ainda ao afirmar que tem sido o povo, e não as organizações, quem faz a propaganda.

Esses novos dirigentes que o Partido Socialista fez eleger no último sufrágio autárquico, ele próprio confirmação e prolongamento do de 1976, vão-se assim recrutando de entre a pequena burguesia moderna e de sectores assalariados conservando um pé na terra, que já antes de Abril se tinham começado a afirmar na vida da colectividade<sup>69</sup>. Curiosamente, eles afastam-se, em particular nos pontos fundamentais da profissão e da idade, do padrão considerado típico do eleito em zona rural: ser homem, velho, rico ou remediado, agricultor ou artesão<sup>70</sup>. Ainda uma vez, tal desvio tem de referir-se ao modo específico como o centro urbano industrial do Porto tem vindo a incorporar o espaço social da freguesia<sup>71</sup>, através da mobilização pendular da respectiva força de trabalho.

Crescendo progressivamente de dimensão e de influência desde o início dos anos 60, a pendularidade organizou terreno favorável para, em região

---

<sup>69</sup> Dos oito mandatos para a Assembleia de Freguesia preenchidos pelo Partido Socialista, em Dezembro de 1979, seis foram-no por membros de grupos domésticos de campesinato parcial, com uma média de idades que não chega a atingir 35; apenas dois, com 36 e 48 anos, pertencem a famílias camponesas de tempo inteiro. Quanto ao único representante da AD na mesma Assembleia, tem 41 anos e pertence à burguesia agrário-comercial. Da Junta de Freguesia, por seu turno, fazem parte dois elementos de famílias camponesas em pluriactividade, sendo um deles proprietário e motorista e o outro, igualmente proprietário, acumula o trabalho na terra com as funções de operário especializado no Porto. Finalmente, pertence à pequena burguesia moderna o terceiro elemento da Junta, que é desenhador projectista também numa empresa portuense.

<sup>70</sup> Cf. Sylvain Maresca, «Les élections municipales de mars 1977 à Lixières (Meurthe-et-Moselle)», in *Études Rurales*, n.º 69, Janeiro-Março de 1978, p. 113.

<sup>71</sup> Modo particular do mais genérico *incorporative drive* de estruturas agrárias, de que fala Andrew Pearse, «Metropolis and Peasant: The Expansion of the Urban-Industrial Complex and the Changing Rural Structure», in Teodor Shanin (org.), *Peasants and Peasant Societies*, cit., pp. 69 e segs.

camponesa, tornar assim audível e vitoriosa uma linguagem de esquerda. Poderiam então causar estranheza, por outro lado, dois factos reportáveis a Fonte Arcada na sequência do 25 de Abril. O primeiro diz respeito à quase total ausência de apoio ou de reacção às sucessivas e contraditórias regulamentações do arrendamento rural. O segundo facto, uma ausência também, refere-se ao desinteresse pela participação em formas organizativas, como o Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte (MARN) ou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A estranheza justifica-se pela conjunção, na freguesia, da prevalência de posições político-ideológicas de esquerda com a importância quantitativa das pequenas explorações em regime de renda e parceria. Não cabe, por outro lado, para justificar tal desinteresse, argumentar com o peso decrescente dos grupos domésticos de campesinato «puro», uma vez que, para o caso do MARN, o perfil social de muitos dos seus associados parece precisamente ajustar-se ao do numeroso grupo de camponeses parciais que encontramos em Fonte Arcada<sup>72</sup>.

Nestas condições, importa ter em conta outros elementos. Com efeito, os factos referidos parecem dever ser interpretados como sintomas de que, já nos anos 70, o peso da lógica agrícola entrara localmente em declínio. Eles indicarão, ainda, o modo rápido como esses mesmos camponeses parciais vão resolvendo as «inconsistências de estatuto» que os primeiros tempos de trabalho exterior eventualmente lhes provoquem.

Que a referência global à aldeia e a muitos dos seus valores tradicionais continua presente, demonstra-o, entre outros comportamentos, o empenhamento que põem na participação e na organização das festividades locais. Que, apesar das repetidas afirmações de que «a terra já não vale» e a «agricultura não tem futuro», lhes interessa ainda o cultivo de leiras, funcionando como complemento económico e eventual condição de residência, prova-o a própria continuidade da actividade nos campos. Mas o que, em todo o caso, parece nítido, a diversos níveis das respectivas práticas sociais, é que a identidade especificamente camponesa se foi diluindo nas mais fortes referências de proveniência urbana. Os que trabalham no Porto, especialmente os mais novos, fizeram aí, junto dos seus grupos profissionais, o essencial da aprendizagem política. Confirmam-na e prolongam-na no convívio possibilitado e imposto pelos quotidianos trajectos de comboio. Difundem-na, alargada e diferidamente, nos seus fins-de-semana na aldeia<sup>73</sup>.

Sejam quais forem as dificuldades com que costumam defrontar-se os camponeses para decifrar as regras e os modos de acção da grande política, bem como o seu abstracto discurso ideológico, dessa decifração, além, naturalmente, de outras condições, depende em grande medida a eficácia

---

<sup>72</sup> Em 1979-80, dos 2130 associados do MARN, mais de 80% residiam no distrito do Porto e era possível verificar correlações positivas, também em Braga e em Aveiro, entre o número de aderentes e a incidência da renda e da parceria. Elementos recolhidos sobre cerca de cinquenta aderentes mostraram que eles são, em média, sensivelmente mais novos e mais escolarizados do que um grupo-teste de não aderentes, igualmente de rendeiros e parceiros. Mas mostram sobretudo que no primeiro grupo é muitíssimo superior a incidência de pluriactividade. Sobre a pesquisa que conduziu a tais resultados ver Manuel Villaverde Cabral, *Pluriactivité et Stratégies Paysannes d'Abandon de l'Agriculture: Deux Illustrations*, comunicação apresentada em Madrid, em Maio de 1981 (policopiado), pp. 7 e segs.

<sup>73</sup> Deverá lembrar-se, a este propósito, a referência à distribuição classista dos agregados domésticos em Fonte Arcada; específicos vectores de influência resultam quer das *ratios* de socialização intrafamiliar, quer dos trajectos sociais referenciáveis na freguesia.

da respectiva afirmação prática nesse plano. Organizarem-se, romperem o isolamento geográfico, tornarem-se visíveis ao poder central, são outros tantos passos no caminho da intervenção nessa grande política.

A manifestação convocada pela Confederação Nacional da Agricultura em Fevereiro de 1981, em que, a partir do apelo «Vamos a Lisboa», convergiram para a sede do poder agricultores de diversos pontos do País com o fim de reclamar medidas governamentais de apoio, constitui exemplo, quer de certa capacidade organizativa, quer dessa preocupação de «invadir» os espaços urbanos como forma de ganhar visibilidade e impacte. Mas ainda porventura mais significativa da mesma estratégia terá sido a transposição, para cartazes reivindicativos, de expressões retiradas de um programa humorístico que na altura se exibía na Televisão: «A gente explica — Leite a 17\$ litro — vocês só complicam; «Inflação já chegou à saúde — Quem explica?»<sup>74</sup>

Eficácia de linguagem, redução da distância que ela pode implicar, também na freguesia toda essa aprendizagem se vai progressivamente fazendo. Dizia um interlocutor local, logo no início da pesquisa, que o caminho-de-ferro era a chave de explicação para o voto regional de esquerda. Tratava-se, sem dúvida, duma observação pertinente, confirmada pelo sistemático contraste de resultados eleitorais entre as freguesias de Penafiel que estão próximas e as que ficam distantes dos apeadeiros da linha do Douro. Pelo caminho-de-ferro passaram, com efeito, boa parte das transformações que afectaram Fonte Arcada nos últimos vinte anos<sup>75</sup>. A benefício de Abril, foi ainda o caminho-de-ferro que elegeu novos dirigentes recrutados de entre as fracções sociais em crescimento, as quais, estando entre as menos desfavorecidas em capital escolar, melhor equipadas estão, por seu turno, para transpor os obstáculos oferecidos ao domínio prático das regras que regem a actividade política.

Algumas das características formais dos antigos processos nem por isso desapareceram. Não deixou de ser personalizada a política local; não se alterou, como um dos critérios de eficácia, a capacidade de «abrir portas» e de mover influências: não desapareceu um certo clientelismo, agora de feição partidária. Mas os interesses em jogo e os objectivos propostos já pouco têm a ver com os de há três dezenas de anos. Se as possibilidades de acção dos actuais dirigentes, tal como aparecem juridicamente regulamentadas, não puderam conquistar muito espaço em relação às dos seus antecessores, a verdade é que eles estão agora investidos de um efectivo e reconhecido poder simbólico de representação<sup>76</sup>. E, já que boa parte do capital político, como diria Bourdieu<sup>77</sup>, constitui um «crédito», provém do reconhecimento mais ou menos generalizado da existência de tal poder, os dirigentes confirmados e legitimados tornam-se portadores da capacidade

<sup>74</sup> Cf. *A Terra*, 3.ª série, n.º 156, de 21 de Março de 1981, p. 12.

<sup>75</sup> Não se enganava a imprensa regional, dez anos antes do fim do Estado Novo, ao identificar o comboio com o Mal, lugar de jogo e da linguagem corruptora dos inocentes: *Notícias de Penafiel*, n.º 35, ano 3.º, de 31 de Janeiro de 1964.

<sup>76</sup> Cf. Bertrand Hervieu, «Le pouvoir au village: difficultés et perspectives d'une recherche», in *Études Rurales*, n.ºs 63/64, Julho-Dezembro de 1976, p. 24.

<sup>77</sup> Cf. Pierre Bourdieu, «La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.ºs 36/37, Fevereiro-Março de 1981, pp. 3 e segs., e «Décrire et prescrire», *ibid.*, n.º 38, Maio de 1981, pp. 69 e segs.

de reelaborar representações e ideologias, contribuindo para transformar a realidade social através do poder constituinte do discurso político.

Os novos ocupantes dos lugares do poder resumem assim, num certo sentido, todo o vasto conjunto de mudanças que, através da recomposição da estrutura de classes, se tem vindo a operar nas práticas económicas, simbólicas e políticas prevaletentes em Fonte Arcada. Eles constituem também, por outro lado, elementos decisivos no lento processo de articular a gestão dos recursos colectivos com a apropriação, pelos vizinhos, da prática e da linguagem do poder.

## ANEXO

### QUADRO I

#### Estrutura das situações de classe (famílias)

1. <i>Famílias burguesas</i>			
1.1	Burguesia agrária .....	13	
1.2	Burguesia comercial .....	1	
1.3	Burguesia agrário-comercial .....	2	16 (5%)
2. <i>Famílias proletárias</i>			
2.1	Proletariado agrícola .....	16	
2.2	Proletariado industrial .....	21	37 (11,6%)
3. <i>Famílias pequeno-burguesas</i>			
3.1	Pequena burguesia tradicional .....	7	
3.2	Nova pequena burguesia .....	8	15 (4,7%)
4.	<i>Famílias camponesas</i> .....	54	54 (16,9%)
5.	<i>Famílias de campesinato parcial</i> .....	166	166 (51,9%)
6.	<i>Categoria residual</i> .....	28	28 (8,8%)
7.	<i>Sem informação</i> .....	4	4 (1,3%)
	<b>Total</b> .....		320 (100%)

Fontes: *Inquérito P2*.

QUADRO II

Distribuição da superfície produtiva por classes de área — proprietários com residência em Fonte Arcada

Classes de área (hectares)	Proprietários		Área de pinhal		Área de cultura		Área total		Ratio (3)/(5)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
	Número	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem	
0 — 0,5 .....	182	67,91	9,554	5,04	14,666	9,44	24,22	7,02	0,651
0,5 — 1 .....	27	10,07	8,784	4,63	10,505	6,76	19,289	5,59	0,836
1 — 2 .....	21	7,84	14,157	7,47	14,244	9,17	28,401	8,23	0,994
2 — 5 .....	21	7,84	32,035	16,89	32,245	20,76	64,28	18,64	0,993
5 — 10 .....	9	3,36	33,018	17,41	26,023	16,76	59,041	17,12	1,269
10 — 15 .....	6	2,24	45,111	23,79	28,678	18,47	73,789	21,39	1,573
15 — 20/20-30 .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
30 — 40 .....	1	0,37	20,77	10,95	9,734	6,27	30,504	8,84	2,134
40 — 50 .....	1	0,37	26,206	13,82	19,205	12,37	45,411	13,17	1,365
Total .....	268	100	189,635	100	155,3	100	344,935	100	1,221

Área média por proprietário: 1,287 ha (344,935 : 263).

Área média de pinhal por proprietário de pinhal: 1,308 ha (189,635 : 145).

Área média de cultura por proprietário de cultura: 0,719 ha (155,3 : 216).

Fontes: *Cadastro da Propriedade Fundiária (1975)*.